



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 145

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 03 DE DEZEMBRO DE 2008

ANO XXXIII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 145

135ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva..... 02

Presenças..... 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Indicação..... 03

Requerimentos 03

Pequeno Expediente:

Dep. Elio Rusch 04

Dep. Elton Welter 05

Dep. Luiz Eduardo Cheida 05

Dep. Jocelito Canto..... 06

Dep. Tadeu Veneri..... 08

Dep. Antonio Belinati 09

Grande Expediente:

Dep. Luiz Claudio Romanelli 11

Horário das Lideranças:

Liderança do Bloco PTB/PR

Dep. Jocelito Canto 07

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 10

Liderança do DEM

Dep. Plauto Miró..... 13

Liderança da Oposição

Dep. Elio Rusch 15

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli 17

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 17

Discussão/Votação

2ª Discussão (Votação em)..... 18

Redação Final 18

2ª Discussão 19

Requerimentos 22

Encerramento da Sessão 22

Publicações:

Atas de Comissões

Ecologia e Meio Ambiente 22

Obras Públicas, Transportes e

Comunicação 22

Segurança Pública..... 23

Tomada de Contas..... 23

Publicações Administrativas:

Minuta de Contrato..... 23

Aditivo de Contrato 23

Pregão Eletrônico 23

Balancete Financeiro

Outubro/08..... 24

DIÁRIO Nº 145

135ª SESSÃO ORDINÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

16ª LEGISLATURA

ATA DA 135ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

03 DE DEZEMBRO DE 2008

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Jocelito Canto e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

Às 9h é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Antonio Belinati, Caíto Quintana, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Welter, Jocelito Canto,

Jonas Guimarães, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Nereu Moura, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (33).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Ademar Traiano, Artagão Júnior, Beti Pavin, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Litro, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Ribas Carli Filho, Stephanes Júnior e Valdir Rossoni (21).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Indicação

INDICAÇÃO Nº 526/08

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Jocelito Canto dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que os aprovados em concurso público em todo o estado do Paraná sejam notificados quando do chamamento e dos prazos a serem cumpridos através de envio de correspondência e não apenas por meio eletrônico.

Sala das Sessões, em 03/12/08.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

Atualmente os comunicados referentes à concursos públicos tem sido feitos através de meio eletrônico, nos sites dos organizadores e elaboradores das provas, sendo que os próprios editais assim prevêem. Porém, uma grande parcela da população em nosso estado ainda não tem acesso gratuito à internet, o que acaba provocando perda de prazo para cumprimento das etapas pós aprovação, com a conseqüente perda da vaga.

Assim sendo, é de importância inquestionável que tal parcela da população tenha salvaguardado seu direito

de ser comunicado, através de correspondência, quando das etapas a serem cumpridas após a aprovação em concurso público, evitando sua desclassificação por não poder acessar os meios eletrônicos de informação. Para tanto, solicitamos o apoio dos Srs. Deputados, aprovando a presente indicação, que esperamos seja acatada pelo Poder Executivo.

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 3692

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de congratulações ao casal Auzíra e Olímpio Ambrosini, do município de Chopinzinho, pelas Bodas de Ouro, comemoradas no dia 9 de novembro do ano em curso.

Requer ainda que seja dada ciência ao casal, enviando correspondência à Comunidade Invernadinha, no município de Chopinzinho, Paraná.

Sala das Sessões, em 03/12/08.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Que belo exemplo de vida! Um casal que soube superar todos os empecilhos e com muito empenho e dedicação, conseguiu chegar até aqui, coroando de pleno sucesso esta longa caminhada.

O Sr. Olímpio e a Sra. Auzíra trilharam o caminho correto. Com dignidade e perseverança foram superando os obstáculos, o que culminou com a celebração das Bodas de Ouro.

Não é só a família Ambrosini que está de parabéns, mas toda a comunidade, que tem o privilégio de conviver com o casal, aprender com eles os ensinamentos da vida.

Troncos de uma numerosa família, fixaram residência no município e foram logo conquistando a simpatia e amizade da população.

O Sr. Olímpio Ambrosini, nascido em 1935, na cidade de Urussanga, Santa Catarina, chegou com sua família em Chopinzinho no ano de 1948, aos 13 anos, época que a cidade ainda se chamava “Colônia Militar do Chopin”.

A Sra. Auzíra Ambrosini, nascida em 1938, em Carazinho, Rio Grande do Sul, também se estabeleceu em Chopinzinho pouco tempo depois.

Em 09/11/58, Olímpio e Auzíra casaram-se e tiveram seis filhos, sendo duas mulheres e quatro homens. Fixaram residência no interior, na Comunidade Invernadinha, e juntos trabalharam na agricultura.

Atualmente, embora ele esteja aposentado, continua trabalhando como produtor de leite numa propriedade de 20 alqueires de terra. Ela é dona-de-casa.

Um detalhe interessante foi que um dos filhos do casal, Joel, casou com Vandréia, no mesmo dia que os seus pais se casaram.

Que Deus continue abençoando esta união, que tem sido um grande exemplo de vida à população de Chopinzinho.

REQUERIMENTO Nº 3681

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania, Jair Ramos Braga, solicitando seja encaminhado a este Parlamentar os seguintes documentos e informações do DETRAN/PR, referentes à receita proveniente de multas de trânsito no município de Ponta Grossa:

- quais os valores arrecadados, provenientes de multa de trânsito e quanto desses valores foram repassados a Prefeitura de Ponta Grossa, ano a ano, de 2003 a 2008;

- quais os valores arrecadados em multas por estacionamento proibido - Zona Azul - e quanto desse valores foram repassados a Prefeitura de Ponta Grossa, ano a ano, de 2003 a 2008;

- quais os valores arrecadados em multas através de radares e lombadas eletrônicas, e quanto desses valores foram repassados a Prefeitura de Ponta Grossa, ano a ano, de 2003 a 2008.

Sala das Sessões, em 03/12/08.

(a) JOCELITO CANTO

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Pequeno Expediente, com a palavra o primeiro orador inscrito, Deputado Elio Rusch.

Deputado Elio Rusch (DEM)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

No dia de ontem apresentamos um requerimento para que fosse inserido nos Anais da Assembleia Legislativa um artigo escrito pelo eminente Belmiro Valverde Jobim Castor, que foi Secretário de Estado por duas oportunidades e que foi transcrito na Gazeta do Povo, no último dia 30.

Como o nosso requerimento foi rejeitado, vou ler o artigo do eminente economista, para que fique registrado nos Anais da Assembleia na Sessão de hoje, aquilo que ele escreveu.

E se os Srs. Parlamentares, principalmente aqueles que votaram contra o requerimento, me derem a oportunidade, para ver contra o que votamos ontem.

O que diz o artigo transcrito e escrito pelo eminente paranaense:

(Lê):

“Duas Palavras Malditas

Belmiro Valverde Jobim Castor

(Gazeta do Povo)

Algumas expressões deveriam ser deveriam ser definitivamente banidas do vocabulário político e administrativo brasileiro. Eis dois exemplos: aumento de tributos - a

qualquer título, de qualquer tipo, sob qualquer pretexto, aberto ou oculto - e anistia fiscal - de qualquer natureza, a qualquer momento, sob qualquer justificativa.

No caso do aumento de tributos, não é necessária qualquer sapiência na área fiscal para entender que é puro e simples absurdo que os governantes não se contenham nos limites atuais já excessivamente generosos da tributação no Brasil e que ainda queiram ampliá-los; a população que paga sabe quando lhe dói no lombo a atual carga tributária - e o lombo do contribuinte brasileiro se assemelha ao do camelo da parábola do comerciante árabe que foi colocando mais e mais carga no dorso do animal. O pobre bicho foi aguêntando sem piar - mesmo porque camelos não piam - até que o árabe colocou uma minúscula palha em cima da carga e, então, o camelo arriou. Os governantes parecem acreditar que é possível colocar mais e mais carga no lombo dos pagantes, confiantes que não será por mais uma palhinha que as coisas irão desandar. A palhinha mais recente é a minirreforma fiscal que a Assembleia Legislativa do Paraná está discutindo.

De minha parte, acredito que nem é necessário ir além de duas constatações simples, para não dizer simplórias: é um claro absurdo que alguém cogite aumentar impostos em um momento em que o mundo todo, inclusive o Brasil, sofre os impactos da crise financeira, em que empresários e trabalhadores enfrentam grandes incertezas e os Governos do Mundo inteiro gastam horrores para reativar suas economias. E é um absurdo que, ao procurar mobilizar recursos para atender os que mais necessitam, a única idéia que venha à cabeça dos governantes seja aumentar a carga fiscal, sem cogitar um só minuto a hipótese de reduzir as despesas públicas atuais, como se todas elas fossem indispensáveis, inadiáveis e incompressíveis - definitivamente não são. Há uma coisa que poderia e deveria ser desativada, muitos gastos que poderiam ser evitados ou reduzidos, muito desperdício que deveria ser coibido e muitas estruturas organizacionais que poderiam ser simplesmente extintas sem que alguém sentisse a sua falta. Basta querer.

Quanto à segunda expressão que deveria ser banida do vocabulário público brasileiro, a anistia fiscal, observa-se que, periodicamente, a piedosa iniciativa renasce sob os mais diferentes pretextos e formas. Uma hora é para “aliviar os pequenos contribuintes”, esquecendo-se de que milhares, milhões de outros pequenos contribuintes viveram as mesmas vicissitudes e suaram sangue para pagar seus tributos em dia e que não é justo tratá-los pior do que os que deram o calote; outras vezes, a desculpa é a “eficiência administrativa” pois seria mais barato perdoar o contribuinte faltoso do que cobrar o devido. Ora, esse argumento é ridículo, pois se os mecanismos do estado se revelaram tão ágeis e eficazes para monitorar e cobrar de alguns contribuintes e tão lerdos e ineficazes a ponto de acumular uma montanha de dívidas não cobradas de outros, também não é justo que os faltosos sejam beneficiados pela incompetência estatal e os que respeitaram a lei, prejudicados. Tão simples assim.

Nessa peculiar minirreforma só temos uma certeza: pagaremos mais pelos telefonemas que dermos, pela luz que acendermos, pela gasolina que queimamos. Quanto à redução dos preços dos produtos nos supermercados em que os governantes e os comerciantes parecem acreditar, deveremos esperar para ver se ela se materializa. Mas não custa lembrar a famosa frase de Adam Smith: “Não é da boa vontade do açougueiro, do produtor de cerveja ou do padeiro que esperamos o nosso jantar, mas do seu próprio interesse pessoal.” Se dependermos da boa vontade de alguém para baixar os preços e baratear nosso jantar, morreremos de fome, alimentados apenas pelo otimismo ingênuo do Governo e pelas promessas vazias dos comerciantes de que demonstrarão altruísmo e espírito de renúncia suficientes para repassar adiante os ganhos que terão.”

Fiz questão, Srs. Parlamentares, de fazer a leitura deste artigo do eminente paranaense e foi esse que os Srs. Deputados rejeitaram para que fosse inserido nos Anais da Assembléia. Mas como fiz a leitura na Sessão de hoje ele faz parte dos Anais da Sessão de hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Elton Welter.

Deputado Elton Welter (PT)

O SR. ELTON WELTER

Sr. Presidente, hoje é um dia importante na cidade onde eu moro. Toledo tem uma das empresas mais eficientes, inclusive exporta tecnologia para empresas multinacionais na área de fármacos, que hoje são comemorados 15 anos da empresa Prati-Donaduzzi.

É uma grande empresa, capital 100% nacional e ela gera 2 mil e 500 empregos. Uma empresa realmente que dá orgulho ao Brasil. Ela trabalha com muita intensidade na produção de medicamentos. São mais de 350 mil unidades por dia e 130 produtos comercializados. Essa empresa é um sucesso. Trabalha com bastante pesquisa e busca doutores, tem aperfeiçoamento permanente e de fato exporta tecnologia em fármacos inclusive para empresas multinacionais. Ela está montando uma plataforma de exportação de produtos e serviços tecnológicos. Quer ampliar ainda muito mais essa empresa, que cresce conforme os anos, crescia em média, 70, 80%.

(Lê):

“Com mais de 130 produtos comercializados, o parque industrial conta com mais de 30 mil m² e capacidade de produção de 350 mil unidades/dia, atendendo mais de 25 mil clientes entre farmácias, hospitais e órgãos públicos de todos o Brasil.

Hoje a Prati-Donaduzzi já vende tecnologia farmacêutica para multinacionais. E quer mais: “Estamos montando uma plataforma de exportação de produtos e serviços tecnológicos. Queremos continuar a crescer, gerar mais empregos e aumentar a renda dos nossos colaboradores”, declara o Diretor.

Em 2006, quatro produtos passaram por um processo especial e diferenciado de tratamento para atender o mercado farmacêutico de El Salvador. Atualmente vários medicamentos estão em fase de registro junto à ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária, para exportação ao Panamá, Paraguai e Uruguai. Além disso, existem negociações com outros mercados, como Peru e alguns países da África. Dentre as inúmeras ações praticadas pela Prati-Donaduzzi, a principal delas é a geração de empregos.

Com um programa de recrutamento constante e um criterioso processo de seleção de pessoas, a empresa valoriza os melhores profissionais de cada área. “A geração de novos empregos é uma forma de contribuir com a melhoria da qualidade de vida do cidadão e da comunidade onde estamos”, declara Luiz Donaduzzi.

Para celebrar seus 15 anos, a Prati-Donaduzzi realiza na tarde do dia 3, no pátio da empresa, uma comemoração com todos os colaboradores.”

Portanto, está de parabéns essa empresa no ramo da fármacos na cidade de Toledo e eu não poderia deixar de externar os nossos cumprimentos ao Luiz Donaduzzi, que é o Diretor proprietário, bem como sua esposa Carmen Donaduzzi. Ambos são formados na área de fármacos e para nós é um orgulho ter uma empresa com o potencial que a fármaco tem, onde exporta saúde, fabrica medicamentos que salvam vidas e que de fato fazem produtos que servem para outros segmentos transformarem em produtos fármacos.

Então, isso é muito importante. Essa empresa é um sucesso e que está apenas há 15 anos na cidade de Toledo. Foi estimulada no início apenas com um terreno e um barracão na época do Governo do ex-Deputado Albino Corazza Neto, ele foi Deputado aqui e foi Prefeito e essa empresa com apenas 15 anos é orgulho para o Paraná e para a nossa cidade.

Parabéns a Prati-Donaduzzi, que completa seus 15 anos na data de hoje.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, Deputado Luiz Eduardo Cheida.

Deputado Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA

Sr. Presidente Nelson Justus, Sras. e Srs. Deputados.

No dia de hoje estamos para votar um projeto de lei que tramita nesta Casa há cerca de um ano, um ano e meio, aproximadamente, que é o projeto de minha autoria nº 508/07, que dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas potencialmente poluidoras contratarem um responsável técnico em meio ambiente.

Sras. e Srs. Deputados, é desnecessário dizer que os acidentes ambientais, que no estado do Paraná são uma média de dois ao dia, somando mais de 700 por ano, causam um prejuízo extraordinário às empresas que são vítimas desses acidentes, à pessoas e ao meio ambiente como um todo. Não tenho dúvida de que nesse particular a velha máxima do prevenir é melhor que remediar aqui cabe muito bem. Esse projeto de lei é exatamente isso. Ele pretende evitar os acidentes ambientais, colocando em cada empresa potencialmente poluidora, e o IBAMA já define muito bem o rol das empresas potencialmente poluidoras, um técnico que vai planejar, planificar e tanto quanto possível evitar os acidentes ambientais. Isso vai fazer com que o Paraná saia à frente do Brasil, porque não há, Deputado Belinati, no país, nenhuma legislação que se interponha, que faça o chamado princípio da precaução, que é tentar evitar os acidentes ambientais.

Queira Deus que depois de aprovada essa lei em plenário hoje, em 2ª discussão, o Governador sancionando, possamos dar um exemplo ao Brasil, e algum Deputado Federal, ou algum Senador resolva estender isso a todo o nosso país. Acho que o Brasil ganhará, porque efetivamente temos tido problemas seriíssimos nessa área.

O responsável técnico e ambiental que preveja no projeto de lei pode ser um técnico em meio ambiente, de 2º grau. O estado do Paraná tem cursos nesse sentido espalhados por várias cidades, formando profissionais nessa área de forma pioneira há cerca de três anos. O tecnólogo com formação em gestão ambiental, daí já é um técnico de 3º grau, ou biólogo, ou o engenheiro ambiental, ou o engenheiro químico, ou um químico. Enfim, são seis categorias profissionais que estão habilitadas a fazerem esse trabalho de responsabilidade técnica na área de meio ambiente.

Eu insisto e esse projeto é o primeiro da pauta de hoje, que estaremos dando um exemplo ao país. Não há legislação desta natureza. Investiguei, inclusive, em outros países, e não existe. Quem sabe o Paraná possa nesse sentido, e a nossa Assembléia mais uma vez, Sr. Presidente, ser pioneira em uma matéria como essa e dar um exemplo ao país e quem sabe até ao Mundo.

Além disso queria dizer a todos os companheiros que o Governador Roberto Requião assinou ontem um decreto que reconhece a sexta Universidade Estadual do Paraná. A Universidade Estadual do Norte do Paraná, a UENP, que sei que foi luta de muitos aqui desta Casa, quando eu sequer me encontrava aqui e que o Governador ontem reconheceu por decreto esta sexta universidade que funciona em Jacarezinho, que inclui as faculdades de Bandeirantes, as de Cornélio Procopio e as três faculdades de Jacarezinho. O Reitor Dom Fernandes José Pentado e o Vice-Reitor Luiz Carlos Brusque, que aliás, por coincidência foi o meu Secretário da Educação quando fui Prefeito de Londrina, estão radiantes. Mais radiante ainda está o povo do Paraná.

Agora, a Assembléia teve um papel extraordinário nessa luta. Lembro-me bem, era Secretário do Meio Ambiente quando a Assembléia lutava incansavelmente junto com a população do norte pioneiro, para que a universidade de Jacarezinho, a chamada Universidade do Norte Pioneiro, fosse realidade. Agora, junto com a Universidade Estadual de Ponta Grossa, a Universidade Estadual de Londrina, a Universidade Estadual de Maringá, de Guarapuava, de Cascavel, temos a Universidade Estadual do Norte do Paraná, a UENP.

Parabéns a todas as lideranças que fizeram com que isso se tornasse realidade. Ganha de forma extraordinária o norte do Paraná. Ganha em termos sociais, em termos econômicos, em tecnologia e o desenvolvimento ganha mais um forte aliado numa região relativamente deprimida economicamente, mas que com a Universidade Estadual do Norte Pioneiro, do norte do Paraná, fará toda a diferença, não apenas ao Paraná, mas englobando inclusive um pedaço do estado vizinho, estado de São Paulo.

Sr. Presidente, gostaria de dizer que terminei o relatório na Comissão de Meio Ambiente do projeto sobre a Ilha do Mel. O projeto que o Governador manda a esta Casa, de nº 354, concluímos inclusive com mudanças que sugerimos ao Governador. Vou encaminhar à Comissão de Justiça e espero, Sr. Presidente, que na próxima terça-feira já possa ser aprovado e possamos apreciar em Plenário este projeto, que faz com que a diferença para melhor venha a ocorrer na Ilha do Mel.

Era isso, Sr. Presidente e nobres Pares.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedemos a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores.

Inicialmente queria agradecer a esta Casa, já estão aqui os diplomas que vamos entregar hoje à noite em Ponta Grossa, à dupla Bruno e Marrone, que se apresentaram hoje, por ocasião da München Fest. Eles tiveram um ato maravilhoso, que deve ser qualificado como de muita humanidade, que é a não cobrança do cachê, hoje, para a realização do show. E este recurso que seria pago será entregue às famílias em Santa Catarina. É um gesto bonito, de uma dupla que se solidariza com as famílias, com as pessoas atingidas por aquela tragédia acontecida em Santa Catarina.

Fazemos questão, em nome desta Casa, os quatro Deputados de Ponta Grossa, de entregar hoje à noite lá no evento, este diploma à esta dupla que, sem dúvida nenhuma, deve ser lembrada, principalmente pela sua vontade em ajudar o próximo, neste momento tão importante, de tanto sofrimento, destas famílias lá em Santa Catarina. Mais uma vez, nosso agradecimento.

Um outro assunto que gostaria de abordar hoje, os concursos públicos têm sido feitos em grande quantidade aqui no estado do Paraná. Muitas pessoas vão lá, pagam, se habilitam e passam a fazer parte de um concurso público em muitas Secretarias. E o Governo vem aprimorando isto, vem fazendo com que os chamados destas pessoas sejam feitos através da internet. Quando as etapas são vencidas, eles chamam as pessoas através da internet.

Primeira etapa: a pessoa tem que se inscrever. Tal dia está na internet que ela tem que se inscrever. Passou, sai a lista. Tem que ver na internet. Terceira etapa: chama-se as pessoas para fazer um exame médico, trazer documentos. Vai-se vencendo etapas. Mas, o grande problema é que o Governo só faz isso através da internet. Não comunica as pessoas que elas precisam, tal dia, fazer um exame. Um exame de saúde, levar algum documento. E diariamente tenho convivido com pessoas que perderam a oportunidade de continuar no concurso porque não sabiam que tal dia elas precisariam ter ido fazer um exame médico, levar um documento. E geralmente são pessoas simples, que não têm internet. Ontem mesmo uma senhora me procurou lá em Ponta Grossa. Ela fez um concurso. Não sabia da internet, não conseguiu acesso, e acabou perdendo a etapa. E quando ela perde, não comparece a uma etapa, necessariamente o próprio concurso determina no edital que ela perdeu a vaga. Assume o que vem na sequência.

Então, como isto cria despesas e não podemos criar despesas, precisávamos mudar isto, poderíamos dar uma mexidinha, pelo menos de vez em quando. Mas não pode. O que se pode fazer? Se faz apenas um pedido ao Governo, para que ele dê uma olhada nisto, ver se dá para fazer alguma mudança, que se comunique as pessoas através de um telefonema, um telegrama, a pessoa precisa saber que segunda-feira tem que se apresentar no Núcleo de Educação, tem que no dia 10 se apresentar à saúde para fazer exame médico!

Quero pedir ao Governo que mude esse sistema, porque as pessoas mais simples é que estão sofrendo, elas estão perdendo aquilo que conseguiram que é passar no concurso e, de repente, por falta de informação - porque não têm acesso à internet, elas acabam perdendo e quando vêm passou o prazo e elas não são habilitadas. Com isso essas pessoas simples perdem a oportunidade de ter continuado no concurso público.

É esse o apelo que estou fazendo, entramos com esse pedido, hoje, através de um requerimento para que o Governo mude o sistema, mude a fórmula e comunique as pessoas que elas precisam estar em tal lugar para continuar no concurso público. É a informação que tem que acontecer. Ou pelo rádio mesmo. O Governo precisa usar o rádio, o rádio agora deu um show, Presidente, nesse episódio de Santa Catarina. O que salvou muita gente lá foi o radinho de pilha guardado lá um cantinho, porque acabou a luz e como é que eles se comunicavam? Ouvindo o rádio! O rádio tem que ser sempre lembrado

aqui, e me lembrava bem o pessoal da imprensa que é preciso se lembrar do rádio. Nessa situação em Santa Catarina o rádio fez sucesso, o rádio de pilha foi a forma com que as pessoas foram comunicadas de como poderiam sair de lá.

Passa a usar o horário da Liderança do Bloco PTB/PR

Então, o velho rádio de guerra continua de pé e, automaticamente, continua sendo o meio de comunicação mais rápido que tem. O rádio é instantâneo, você fala na hora, não tem maquiagem. Deputado Elio Rusch, V. Exa. que vem de uma terra de radialistas, que faz um rádio maravilhoso, na região de Marechal Rondon temos uma tradição muito forte, porque essa rádio de Marechal Rondon é uma rádio gaúcha, é uma rádio que vem inspirada no princípio da rádio gaúcha. A rádio gaúcha é muito bem feita, é muito séria, é muito moderna, é muito jornalística. E na região de V. Exa. temos, pelas emissoras de rádio que cumprem seu papel de trabalharem, sempre divulgado principalmente o jornalismo.

Então o rádio tem uma importância muito grande nesses momentos difíceis, e agora em Santa Catarina as pessoas ficaram com o radinho de pilha para ouvir as notícias: "O que eu faço, caiu a luz! O carro está soterrado, o cara não sabe o quê fazer, o telefone não funciona! Como é que escuto o que está acontecendo?" Ele encontra o radinho de pilha, o radinho de pilha é fácil de encontrar, então aquele radinho de pilha andou salvando muitas pessoas. Muitas pessoas usam o rádio só em época de eleição. O rádio deve ser usado diariamente como forma de trabalho. Não é porque sou radialista, mas o rádio é, sem dúvida nenhuma, o maior mecanismo de comunicação com as pessoas. Isso foi prova nesse episódio de Santa Catarina.

Até lembrava que há tempos atrás, em Ponta Grossa, quando Prefeito, o pessoal da Defesa Civil sempre queria ter um projeto de ter uma rádio sempre de plantão para estar dando informações em caso de emergência. E é verdade, é uma coisa muito importante que deve ser destacada. Aqui, mais uma vez, fica o registro da importância da comunicação, da importância do Governo, da importância do rádio na vida das pessoas.

O Sr. Douglas Fabrício (PPS)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Jocelito, primeiro parabéns pelo seu pronunciamento, e lembro V. Exa. falando do processo de comunicação do rádio. Uma vez tive a oportunidade de fazer um treinamento, um curso que tratava justamente sobre essa linha de comunicação, e aí o que tive oportunidade de aprender lá, e V. Exa. falando, lembro bem: foi colocado num determinado momento uma comparação do rádio, da tevê, de todas as formas que têm de comunicação e qual delas teria assim... porque

quando surgiu a televisão lá atrás, diziam que o rádio ia acabar. Pelo contrário, ficou muito mais fortalecido. Quando a pessoa está ouvindo rádio ele estimula, a pessoa é estimulada a imaginar, é estimulada a sentir, é estimulada a pensar naquilo que está ouvindo. É diferente da tevê. Na tevê você vê a imagem e já facilita um pouco mais a sua vida. Mas, por outro lado, no sentido de desenvolvimento, de sensibilidade, desenvolvimento do ser humano, o rádio, V. Exa. tem razão. Ele faz com que as pessoas tenham seu desenvolvimento mais apurado, as pessoas fiquem mais sensíveis nesse aspecto. Porque se fala que uma pessoa que tem boa comunicação precisa atingir todos os sensores, vamos chamar dessa forma, que nós recebemos. O bom comunicador não é aquele que sabe se comunicar, mas é aquele que se faz entender. E no rádio que é o exercício melhor para fazer isso. V. Exa. tem esses méritos por ser um bom comunicador e por também falar a linguagem, mas, acima de tudo, por fazer-se entender.

Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Obrigado, Deputado Douglas, e V. Exa. falava da imaginação das pessoas com o rádio. Como era a novela no rádio, Deputado Belinati, V. Exa. que tenho orgulho, porque V. Exa. é nosso inspirador, é o mestre. Fico orgulhoso, porque quando eu tinha quatro anos V. Exa. já estava no Parlamento. Mas, o rádio lá de 1900, lá atrás, ainda, a novela do rádio por que era mais bonita? Quem começou a novela foi o rádio, porque as pessoas imaginavam o personagem. Imaginem o personagem Romanelli, como o cidadão que está em casa imaginaria? Será que carequinha, alegre, briguento? Ou quem sabe um galã? Cada um tem uma imaginação! Cada um forma a imaginação como quer. E a novela não, a novela vende até o artista: mais bonito, mais simples, mais experiente. Então o rádio tem essa capacidade de dar a oportunidade de você criar o personagem e, instantaneamente, sair a comunicação.

O Sr. Antonio Belinati (PP)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Jocelito Canto, confesso a V. Exa. que eu era repórter, entrevistava Presidente da República, Ministro, Governador, porque era repórter da área política da emissora de rádio e um Diretor resolveu me escalar para trabalhar na novela Jerônimo Sertão. Eu tinha uma bronca e falei: não sou da novela, sou do jornalismo. Até que um dia telefonei para a rádio na hora da novela ir ao ar e falei com o Diretor: Sr. Pedro, estou aqui num outro canto da cidade preparando uma reportagem e não vai dar tempo de chegar para fazer a novela ao vivo. Não dá para o senhor me chamar por telefone e eu entro de onde estou para fazer minha parte da novela? A partir dali fui excluído da novela e ficou o Álvaro Dias como estrela da novela. Então Álvaro Dias tem história no mundo artístico. O papel que ele fazia, não lembro.

Mas, quero também parabenizar o Jocelito. Aqui temos grandes profissionais da comunicação, o Marcelo Rangel, Luiz Carlos Martins, Carlos Simões e lembrar, nobre Deputado Jocelito, que quando o Tancredo Neves ficou à beira da morte no hospital, os médicos e a família resolveram não deixar mais o Tancredo assistir televisão nem ler jornal. E colocaram um aparelho de rádio à pilha debaixo da cama, no leito do hospital. Fotografaram. Tempos depois, quando o Tancredo morreu, a Associação Brasileira de Rádio fez uma publicação bonita: “O último companheiro de Tancredo: um aparelho de rádio”.

O meu falecido sogro, pai da Emília Belinati, era um homem forte, caboclo da roça, ficou acamado e o companheiro dele até altas madrugadas era também o rádio.

Conheço caso, Deputado Jocelito, que gente inclusive para ouvir V. Exa., está internado no hospital e leva aparelho de rádio, sim. É verdade. O rádio é um veículo extraordinário e, acima de tudo, principalmente o radinho à pilha. Ontem estava vendo um filme antigo e a história se passava por um aparelho de rádio à pilha. Então, o rádio é o grande instrumento de comunicação. Se não fosse o rádio eu não teria chegado a esta Casa como Deputado, não teria sido Vereador, não teria sido Prefeito. A minha profissão é radialista, com muito orgulho, e reafirmo: o rádio é um dos maiores instrumentos de comunicação. E parabéns ao grande comunicador das grandes massas, Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Obrigado, Deputado Belinati. Também concordo em relação à questão de estar aqui no Parlamento. Se não fosse o rádio eu também certamente não saberia nada do que sei, porque o rádio é a nossa força do trabalho. Só fiquei curioso - e vou perguntar porque não gosto de ficar curioso - vou perguntar ao Senador Álvaro Dias qual é o papel que ele fazia nessa novela do rádio. Eu quero saber agora. O Senador fazia novela em Londrina. Fiquei curioso.

Sr. Presidente, muito obrigado e viva todos os radialistas aqui.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Srs. Deputadas, Sras. Deputadas.

Faço uso da tribuna na manhã de hoje, apenas para fazer um registro: hoje é o Dia Internacional das Pessoas Portadoras de Deficiência. E está sendo feita neste momento, uma caminhada na rua XV aqui em Curitiba.

Sabemos que Curitiba não é diferente do Paraná e do Brasil, temos cerca de 10% da população com algum tipo de necessidade especial. Esse termo se ajusta e vai mudando conforme o tempo. Mas, a realidade é que

temos 10% de pessoas que têm alguma dificuldade: visual, auditiva, cadeirante, enfim uma série de dificuldades. E que as cidades e os estados, os Governos precisam prestar mais atenção nessa população, porque normalmente essa população não tem a visibilidade necessária, e justamente por isso não é incluída, inclusive nos orçamentos públicos.

Sabemos que muitas vezes as cidades se propõem a serem cidades que têm acesso pleno a todas as pessoas, o que não acontece na maioria dos órgãos públicos. Basta fazermos uma visita a qualquer órgão público e veremos que existem barreiras que impedem que as pessoas se locomovam, que os cadeirantes se locomovam, que as pessoas que têm deficiências visuais, que têm deficiência auditiva ou com qualquer outro tipo de problema têm dificuldade para se locomoverem livremente.

E falo isso porque hoje também eu queria fazer aqui uma referência: nós aqui na Assembleia aprovamos um projeto de lei que foi depois vetado pelo Governador Roberto Requião. O veto foi derrubado e foi sancionado pelo ex-Presidente Hermas Brandão, um projeto de lei, Lei nº 15051, e que prevê aquilo que já é lei em nível nacional, que é o transporte gratuito para que as pessoas portadoras de necessidades especiais, deficiências físicas, entre as cidades do próprio estado, porque muitas vezes as pessoas, para se locomoverem, têm dificuldades, porque não têm o tratamento e não têm o dinheiro para a passagem.

Esta lei foi aprovada aqui há três anos, entretanto até hoje nem as empresas de transporte, mesmo o Governo Estadual que deveria fiscalizar e regulamentar, não o fez. Aliás, não precisa regulamentação, precisa apenas fiscalização. E por isso mesmo esta é uma lei que tem sido de muita dificuldade o seu cumprimento por parte das pessoas que procuram as empresas rodoviárias.

É incrível, porque temos uma lei federal que permite que você tenha, inclusive, o deslocamento aéreo entre os estados, e na lei estadual ela não é cumprida porque não há nenhuma compreensão das empresas de transporte coletivo e tampouco uma fiscalização eficiente, uma fiscalização eficaz por parte do Governo do Estado.

Então, fazemos este registro e esperamos que neste ano que se inicia, 2009, tenhamos de fato não só o cumprimento da lei, porque a lei é apenas um detalhe, mas principalmente o respeito à todas as pessoas que por alguma razão têm e são portadoras de necessidades especiais, são portadoras de algum tipo de deficiência.

Era este o registro que queria fazer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, na manhã de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Nobre Presidente Nelson Justus, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Professor Luizão, comitê de imprensa, visitantes, telespectadores que nos honram com sua audiência na transmissão dos trabalhos desta Casa.

Aliás, Presidente Nelson Justus, V. Exa. colocou à disposição do povo um instrumento poderoso, porque através da imagem o povo pode acompanhar quem está aqui, que tipo de trabalho cada Parlamentar está fazendo. Então, é provável que no final desta legislatura alguns de nós não sejamos reeleitos, porque nosso trabalho pode não ter agradado o povo paranaense, como também outros colegas poderão ter mais facilidade até de uma reeleição, cumprindo com lealdade ao povo esse mandato parlamentar que cada um recebeu através do voto popular.

Então, cabe a cada Parlamentar fazer a sua parte e o povo, mais do que nunca, tem na sua casa, no seu trabalho, hoje tem até uns malucos que têm TV até no carro, o que é perigoso. Então, tem TV no motel, tem TV na sacristia da igreja, tem TV no restaurante da fábrica, na casa, em todo canto, na padaria, na lanchonete, o povo pode acompanhar o trabalho do seu representante aqui que ele tenha elegido, até que não elegeu e, de repente, ele vai gostar do Deputado que ele não votou, ou até poderá sofrer uma eventual decepção de não aprovar o trabalho daquele que ele depositou o voto na urna e elegeu para cumprir o mandato nesta Casa.

Deputado Nelson Justus, da Comissão Executiva comandando e por isso reeleito, deu a cada paranaense esse instrumento poderoso. Estamos falando aqui e no mesmo instante alguém pode estar nos acompanhando em Foz do Iguaçu, Londrina, Maringá, Guarapuava, Ponta Grossa, Curitiba, todas as regiões do Paraná; é fantástica a mídia como instrumento de comunicação. Parabéns, Deputado Nelson Justus.

O jornal traz hoje duas notícias, uma boa e outra ruim. Qual é a notícia boa na minha visão? É que o Governo está reduzindo a taxa de juros para quem ainda é escravo do aluguel, para quem ainda não tem a sua casa própria. Está provado que na família que mora no que é seu há mais integração. Quando a pessoa mora no lar da sua propriedade, muitas vezes até no momento da separação o casal pensa, repensa e acaba ficando junto. Creio, as estatísticas apontam também, a grande totalidade das famílias sonham em se livrar do pesado fardo que é o aluguel e ter o seu teto, ter o seu lar, ter a sua casa própria.

É importante que a taxa de juros seja suave, porque teve um tempo que a classe trabalhadora fazia um financiamento em algum banco autorizado pelo Governo e depois esses conjuntos habitacionais ficavam ali numa situação crítica, morador sem ter a mínima possibilidade de poder pagar a sua prestação. No momento em que a notícia é da redução da taxa de juros, fico feliz e queira

Deus que não demore muito para que cada família brasileira que desejar, saia do aluguel, porque o aluguel é um dinheiro jogado fora, é um dinheiro que vai e não volta mais. O ideal é, nobre Deputado Alexandre Curi, que cada família tenha a sua casa.

Uso o horário da Liderança do PP.

Passa a usar o horário da Liderança do PP

E para terminar, qual é a notícia ruim? Boa para um segmento e ruim para o povo brasileiro. O Presidente Lula está tomado pelo espírito de Natal e se transformou no Papai Noel. A barba ele já tem e o físico dele se ajusta como o de um Papai Noel. Os banqueiros vão fazer uma grande festa neste Natal, graças ao Papai Noel Lula. Está no Brasil inteiro hoje que o Lula vai fazer uma caridade com um dinheiro que não é dele, vai dar dinheiro para os banqueiros. Isso é extrema humilhação ao povo brasileiro.

Tem pai de família que se enterrou em dívidas em financeiras, não pode pagar, chegou até ao suicídio, está no cemitério, por não poder pagar a dívida. O açougueiro, quando entra em dificuldade, tem que fechar a porta do açougue, o dono da padaria, da quitanda, da mercearia, do bazar. A pessoa quebra e não tem ninguém para socorrer. Pelo contrário, tem um monte de instituição para ajudar a afundá-lo o mais rápido possível. Agora os bancos que em três meses chegam a ter 1 bilhão e meio, 2 de lucro, o Papai Noel Lula, com dinheiro que não é dele, vai botar mais dinheiro no bolso deles. O Lula está com dó. Esses banqueiros não trabalham com miudeza, não têm negócio de milhão. Os bancos, a competição que tem entre eles é para ver quem teve mais bilhões de lucro. E não é por ano, é a cada três meses, em cima do sangue, do suor, da escravidão econômica do nosso povo. Chego a imaginar que o inferno deve estar cheio de banqueiros, porque eles não têm o menor respeito pelo nosso povo, que se dane o povo, vá se suicidar, vá ter que tomar calmante para dormir, vá quebrar. Banqueiro não está nem aí.

O Presidente Lula, em respeito ao povo, deveria dar um pé no traseiro desses banqueiros, fazer com que tenham menos lucros. Estava vendo, agora para fazer um cadastro no banco, chegou a subir em 12 meses mais de 450%. Hoje está de um jeito que você passa na porta do banco e eles já debitam alguma coisa na sua conta, enfiam a mão, exploram e roubam o povo. O Papai Noel Lula, Presidente Lula ajude os favelados, ajude os sem-terra, os desempregados, os aposentados, a dona-de-casa que luta para ter a sua aposentadoria, ajude os portadores de deficiência, porque tem gente que não tem dinheiro para comprar uma muleta, uma cadeira de rodas, um óculos. E o Papai Noel Lula, que bonzinho, com dinheiro que não é dele, vai botar bilhões para socorrer os bancos. Ele tinha é que socorrer o povo!

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

V. Exa. tem os parabéns pelo seu pronunciamento. Faltam muitas coisas para as pessoas mais simples, mas tem dinheiro sobrando para os banqueiros. Agora estamos com problema, terminei o meu pronunciamento e o pessoal da imprensa me chamou, quer saber qual é o papel que o Álvaro Dias fazia na Rádio Atalaia em Londrina, e também o seu.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

O meu era jornalismo.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Mas na novela?

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Fui demitido no primeiro capítulo, porque queria fazer novela por telefone. Não sou dessa área.

O Sr. Douglas Fabrício (PPS)

É um assunto muito importante, que é o dinheiro que vai para a mão dos banqueiros. Isso infelizmente tem acontecido em todos os Governos. Mas no Governo Lula V. Exa. está coberto de razão, é o Papai Noel dos banqueiros. Ele fala que é o pai dos pobres, ele pode até se intitular pai dos pobres, mas é a mãe dos ricos, Papai Noel dos banqueiros.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Não vamos botar em dúvida a virilidade do Lula.

O Sr. Douglas Fabrício (PPS)

Mãe no sentido de atender todo mundo. O pai às vezes chega numa situação e diz não; agora, a mãe vai com mais sensibilidade e atende. Por isso é que chamo de mãe. Se pegarmos os números de empregos, que são números que chamam a atenção, uma época trabalhei em banco e naquela época tinha 800 mil funcionários em banco no Brasil e hoje não chega a 400 mil. Foram 400 mil pessoas que perderam o emprego nos bancos. Dá quase que a população da cidade de Londrina. Os bancos aumentaram suas agências, o número de clientes, as tarifas e principalmente aumentaram significativamente os lucros. E o Governo Lula tem contribuído muito sendo a mãe dos banqueiros.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Muito obrigado, nobre Deputado Douglas Fabrício.

Em Londrina, na exposição agropecuária, resolveram levar o Presidente Lula ao encontro do povo, o povo mais pobre, que estava vibrando, ia poder pegar na mão do Presidente da República. Aí, quando o Presidente estava indo, o ajudante de ordem pessoal dele assoprou no ouvido do Presidente: "Ali à esquerda está o Presidente do BRADESCO." Então o Presidente Lula largou o

povo para lá e para onde ele foi? Foi correndo abraçar o Presidente do BRADESCO, com todo respeito ao Presidente do BRADESCO, o Deputado Romanelli está rindo, mas queria ver V. Exa. lá na arquibancada também, com a mão esticada para pegar na mão do Presidente e ele virar e pegar na mão do Presidente do BRADESCO.

Com o aparte o Deputado Elio Rusch.

O Sr. Elio Rusch (DEM)

Deputado Belinati, ouço com atenção seu pronunciamento e quero dizer que a crise que assola hoje o país é mundial e acho que o Governo do Brasil devia fazer o que o Governo da Itália fez: as dívidas dos italianos, o Governo negociou direto para que não se pagasse nenhuma dívida em 2009 e as dívidas comesçassem a ser pagas aos bancos somente em 2010. Essa negociação o Governo da Itália fez com os banqueiros, para quê? Não beneficiar os banqueiros, mas beneficiar a sua população, a sua gente na Itália. Isso devia ser feito aqui no Brasil. Ao invés de socorrer a sociedade, o brasileiro, as empresas brasileiras que vivem a recessão - nosso país está em recessão, e essa marolinha que o Presidente sempre diz, não é nem mais uma onda, é uma tsunami que está aqui no Brasil - o Governo devia, sim, socorrer os pequenos e não os grandes banqueiros.

Era isso.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Obrigado, Deputado Elio Rusch.

Lembrando quantas vezes passa o caminhão de gás na porta do trabalhador, no bairro popular, o trabalhador não tem dinheiro, quando arruma dinheiro vai buscar na sua bicicletinha, ou traz o gás no lombo, ou pega táxi porque não se vende gás fiado. Quantas vezes o trabalhador que não tem vale-transporte vai a pé, caminha cinco, seis, oito quilômetros para ir ao trabalho ou para voltar para casa. Quantos trabalhadores têm sua luz cortada por falta de pagamento? E a COPEL não socorre, ela corta mesmo, a SANEPAR corta a água de quem não paga. Telefone celular, alguém me contou que, em média, a cada dia temos no Paraná mais de 50 mil telefones celulares desligados. A pessoa tem o telefone, um ou outro só recebe chamada, não faz porque não tem dinheiro para pagar a conta. É o aperto do dia-a-dia do povo brasileiro, que não tem dinheiro muitas vezes para levar os alimentos que gostaria para pôr na sua cozinha. É gente apertada.

Então, quem deveria ser socorrido pelo Papai Noel Lula seria a classe pobre, a população de baixa renda do nosso Brasil, e não esses malditos banqueiros que não têm nenhum gesto de humanidade, não têm o menor respeito com o nosso povo brasileiro. Nada de ajuda a banqueiro, quem precisa de ajuda é o povo pobre, o povo de baixa renda!

Obrigado.

Grande Expediente

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Grande Expediente, com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados.

Bom, Deputado Belinati, eu tenho que reconhecer que o Presidente Lula, entre a mão do povo, entre a sua e a minha, claro, uma mão que poderia, numa simples decisão contribuir com R\$ 1 milhão e aquele que poderia dar R\$ 1 mil ou nenhum real, mas quero dizer, Deputado Belinati, que o Presidente obviamente foi em busca daquela mão que podia dar uma ajuda na campanha eleitoral. Acho que o Presidente, nesse aspecto, fez uma pequena medida ali.

O difícil mesmo é vermos todo ano o Governo Federal investir R\$ 160 bilhões para poder irrigar o sistema financeiro. Interessante que o mundo inteiro já reduziu a taxa básica de juros da economia. Aqui não, aqui sempre tem uma justificativa para manter o juro alto. Mas é só ler os colonistas de plantão. Vamos ver os grandes colonistas de jornais, os que formam a opinião pública de economia, todos eles vão dizer: "O Banco Central está certo. Está correta a política do Banco Central. Já virou e revirou a economia de todas as formas." Sempre está certo o Banco Central de manter a taxa básica da economia na taxa elevada. Por quê? Porque R\$ 160 bilhões todo ano é um dinheiro maravilhoso! Entendo que esse dinheiro é o dinheiro que está faltando mesmo.

Como disse no pronunciamento o Deputado Waldir Pugliesi, é a falta de infra-estrutura, de respeito pelas pessoas que leva ao caos. Infelizmente estamos irrigando o dinheiro dos banqueiros, porque os banqueiros estão aí com os seus jatinhos, andando para baixo e para cima. São eles e as concessionárias de pedágio. Porque os donos de pedágio também vão pegar o jatinho e vão comemorar em Paris e tomar champanhe e, certamente, num desses jatinhos - vou dizer diretamente a ele aqui, prezado jornalista Celso Nascimento - num desses jatinhos vai estar o Belmiro Valverde Castor. Porque ontem, aqui desta Casa, usando legitimamente o Regimento, me insurgi contra uma posição do Líder da Oposição, de inserir nos Anais desta Casa um artigo escrito pelo Belmiro Valverde Castor. Por quê? Insurgi-me contra e tive apoio amplo deste Plenário à inserção nos Anais, tanto que o Deputado Elio Rusch, nesta Sessão fez a leitura do Regimento. Fiz isso porque V. Exa. leu da tribuna, os Parlamentares que escutaram o que escreveu o Belmiro Valverde Castor verificaram que ele misturou alhos e bugalhos. Só disse contra, em relação àquilo de virtuoso que esta Casa está fazendo, que é debater com a sociedade.

A nossa minirreforma tributária tem aspectos positivos e negativos. Reconhecemos isso, só que todos nós sabemos que uma coisa é certa: a minirreforma tributária é um avanço, é uma inovação. Isso já ficou absolutamente evidenciado no debate que estamos fazendo. Agora, o que faz ele? Ele, claro, é contra o Governo, na verdade sempre tem estado contra o nosso Governo. Esteve recentemente aqui nesta Casa, este ano veio duas vezes aqui na Assembléia Legislativa defender o pedágio. V. Exa. sabia disso Deputada Rosane? Não sabia. Ele veio aqui como consultor, como especialista, o Belmiro Valverde Castor, defender o pedágio. Por que ele veio? Porque foi ele que fez lá no início esse modelo tarifário perverso. Foi ele que elaborou os estudos macroeconômicos. Ele é o consultor da ABCR. Ele é o autor dos estudos para poder fazer esse modelo de pedágio perverso que temos no estado do Paraná. O que as pessoas não sabem é que ele tenta sempre posar com aquela aura de professor, é o professor Belmiro.

Quem conhece a política do estado do Paraná, eu aqui me socorro de uma grande liderança que foi o Deputado Aníbal Khury, que tinha uma opinião muito peculiar sobre ele, como o Deputado Aníbal Khury não está mais entre nós, eu reservo para mim aquilo que ele pensava.

O fato é o seguinte: hoje pela manhã eu li o jornal Gazeta do Povo, a coluna do Celso Nascimento, como sempre faço, gosto da coluna porque, de certa forma, está sempre fazendo um contraponto em relação ao Governo, normalmente o Celso tem um posicionamento questionador, mas de qualquer forma o texto dele é inteligente. E, de novo, hoje, para defender o Belmiro, ele me ataca.

Quero dizer, Celso, que quem “pula a catraca” é o Belmiro. E eu vou explicar a V. Exas. porquê o Belmiro “pula a catraca”. O que V. Exas. e as pessoas que estão nos ouvindo diriam de um homem que entrou em 1978 no Tribunal de Contas do Estado do Paraná e se aposentou em 1990? Tenho os dados aqui. Quem acessar o site do Belmiro, www.belmirovalverde.com.br, acessa no ícone currículo e lê o currículo dele. Tem os dados pessoais, os estudos universitários, outros estudos, estudos acadêmicos, atividades profissionais mais relevantes. Ele relata que foi Secretário do Planejamento do Estado do Paraná em duas gestões. A primeira no Governo Canet e depois no Governo Richa. Até que foi demitido do Governo Richa. V. Exas. se lembram do famoso episódio.

Depois ele foi trabalhar no BAMERINDUS, até a quebra do Banco, foi Diretor-Superintendente. Ele esconde isso, claro. Mais ainda, porque ele diz para a opinião pública, porque ele não explica que por falta de interlocução com a área de Educação, ele foi o Secretário da Educação das bombas, aqui na frente do Palácio Iguaçu. Ele era o Secretário da Educação naquele período de 1987 a 1988, quando aconteceu o episódio das bombas, no qual o Governo, infelizmente, esgotou a capacidade e negociação - e o Secretário da Educação é

o gestor daquela política pública, ele é quem tem que manter a interlocução permanente - fechou, encerrou o diálogo com a APP e resultou na manifestação na frente do Palácio Iguaçu. Era Belmiro Valverde Jobim Castor.

Mas, o interessante é o seguinte: quando vamos vendo as atividades profissionais mais relevantes, consultor empresarial, aqui quando ele tem estas premendas da ADCR, membro eleito do Conselho Superior da Associação Comercial, membro eleito do Conselho Curador da Universidade Federal do Paraná, aí vem o magistério, na FAE, Universidade Federal. Aliás, professor destas instituições. O fato concreto, quero dizer a V. Exas., o que ele não diz no currículo dele? Ele não diz da premenda do Tribunal de Contas. Ele é aposentado. E o povo do Paraná, o povo pobre, sofrido deste estado, que paga imposto, paga ICMS, todo mês paga R\$ 20 mil para ele de aposentadoria, desde 1990. Ele foi aposentado muito precocemente. E o mais interessante é que entrou em 1978, foi nomeado no cargo de Procurador. Ele contou férias em dobro, sempre. É uma coisa interessante, até. Uma, duas, três férias em dobro. O homem nunca tirava férias. Ou tirava férias e as contava em dobro.

Mais ainda: contou o tempo em que trabalhou na SUNAB, no Ministério do Trabalho e Previdência Social, no Ministério do Trabalho - Delegacia do Trabalho, e nos cargos que exerceu no estado do Paraná. Tem seis quinquênios, que dá 30% a mais de vantagens pessoais. E o mais interessante de tudo, tudo não, mas uma delas, por exemplo, em 1979 autorização para ausentar-se do país para frequentar curso de pós-graduação, grau Master of Public Administration, nos Estados Unidos, sem prejuízo dos seus vencimentos. Foi às custas do povo paranaense estudar nos Estados Unidos. Devolveu este estudo para o Paraná? Não, não devolveu.

O fato concreto, quero dizer o seguinte: quem “pulou a catraca”, Celso Nascimento, foi o Belmiro. Eu sei que o Celso Nascimento tem grande admiração pelo Belmiro. Ele se refere a ele, única e exclusivamente, como professor.

Mas quero dizer o seguinte: ele fez uma coisa, e o Celso neste aspecto tem razão, e quero explicar isso a todos, quando daquele episódio do protesto do pedágio, a minha surpresa qual foi? Porque vejam, qualquer pessoa podia ter me criticado. Aliás, centenas me criticaram, centenas me elogiaram. Eu agi com absoluta naturalidade, claro, agi com naturalidade.

Onde eu fiquei surpreso, Presidente Nelson Justus? Foi quando vi o ataque vindo através de um artigo no jornal Gazeta do Povo, que publicou num domingo um ataque duríssimo contra mim. E por que publicou aquele ataque? Publicou porque estava ele, claro, agindo em defesa daqueles contratantes que ele defende, que são as concessionárias de pedágio das rodovias do estado do Paraná.

Por isso que quando ontem eu me insurji contra a inserção nos Anais da Assembléia desse artigo, foi no sentido que aqui temos uma pessoa que não tem uma opinião isenta, alguém que possamos falar: não, olha aqui, essa aqui é uma pessoa. Olha, V. Exa. sabe, eu já li desta tribuna inclusive, pessoas que escreveram artigos contra e eu tenho o maior respeito por essas pessoas, mas você não pode tratar de alguém que tem na sua origem um posicionamento, além de ser político contrário, ele está comprometido com o segmento que eu tenho pessoalmente combatido, e no caso do Celso Nascimento, utilizou hoje a coluna para me atacar. Certamente amanhã ele retruca na coluna de novo, de novo bater duro no Romanelli: “Eu vou exemplar o Romanelli, porque ele não pode falar do professor Belmiro.”

Mas o fato concreto é o seguinte: eu entendo que esta Casa tem que promover os debates políticos, Deputado Teruo, e V. Exa., o seguinte Prefeito de Paranavaí, Deputado Estadual, empresário bem sucedido nunca tinha ouvido falar no Belmiro Valverde Jobim Castor, mas como tem outros aqui que conhecem bem, o Presidente Nelson Justus que é um ponta-grossense, mas como curitibano é, conhece muito bem. Quem conhece sabe quem são as pessoas, e ontem eu conversava com uma grande professora doutora, Deputado Plauto Miró, e nos lembramos de uma máxima que diz o seguinte: “Que pena eu não ser burro, eu não sofreria tanto”, porque depois que você, Deputado Cheida, detém a informação, aí não tem como, de fato, ser a mesma pessoa sempre, porque você não consegue aceitar as coisas...

(ininteligível)

E eu não aceito. Vou ser sincero, nem o meu velho pai Ricardo conseguia me dar pito. Nem ele conseguia me puxar pelas orelhas. Ele ficava absolutamente bravo comigo, mas eu falava: pai, eu não consigo! E não é nem o Celso Nascimento nem ninguém que vai puxar as minhas orelhinhas aqui, porque eu falo o que penso, sempre fiz isso, combati a ditadura, fui do MDB, tenho orgulho de tudo que fiz na minha vida, defendi sempre, fiz do bom combate a minha vida, sempre estive ao lado do povo em todos os momentos, vou continuar estando e nesta Casa aqui, V. Exa. sabe, eu tenho defeitos, eu dizia hoje pela manhã ainda as Deputadas Luciana e Cida, eu exagero às vezes, reconheço que exagero, tenho uma personalidade que eu exagero, extradulo (sic) um pouco, na linguagem lá do sudoeste, mas o fato é o seguinte: eu nunca deixo de colocar a minha opinião e o meu ponto de vista. Por isso entendo que o debate aqui nesta Casa tem que ser franco, objetivo, mas com argumentos fortes.

Deputado Elio Rusch, V. Exa. é uma pessoa preparada e inteligente. Não precisa se socorrer de expedientes como o artigo do Belmiro que, sinceramente, para mim não tem nenhum valor. Porque o Celso tem razão. Eu tinha lido mesmo o artigo. Se não tivesse lido não poderia criticar, mas como li eu sabia que nenhum conteúdo havia. Misturava inclusive anistia, que não tem

nada a ver, faz uma confusão como se esta Casa estivesse cometendo algum ato contra a cidadania. Esta Casa, ao contrário, preza por fazer o bem e votar as coisas de forma muito direta, como fizemos nesta questão da reforma tributária, que vamos votar nas próximas semanas com a maior responsabilidade possível.

Ainda ontem, eu, o Deputado Reni Pereira e o jovem Deputado Ribas Carli que, aliás, tem um exemplo desempenho no debate, ele muito jovem ainda não conhecia nada da questão tributária. Mas, estava discutindo o tema em profundidade. É só assistir o programa, porque estudou, se qualificou, se preparou. Esta Casa, quando for votar a reforma tributária, todo mundo pode ser a favor ou contra. A única coisa que nenhum Parlamentar vai poder alegar é que votou por orientação do Líder. Não é por isso. Aqui, quando cada um for votar, vai votar porque pensou, discutiu e avaliou o que estamos fazendo, porque se houve um debate aprofundado nesta Casa, é sobre o tema da reforma tributária.

Desculpe não ter dado aparte, queria só concluir esse raciocínio. É isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Muito obrigado a todos pela atenção.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passa-se ao Horário das Lideranças.

Bloco PSB/PRB/PR.

(Declina).

Democratas, com a palavra o Deputado Plauto Miró.

Liderança do DEM: Deputado Plauto Miró

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sr. Presidente, Sras. Srs. Deputados. Pedi um aparte ao Deputado Romanelli, mas infelizmente ele não deu.

Quero aqui deixar registrado que, durante o seu pronunciamento, ele citou que o professor Belmiro veio aqui para defender o pedágio na Assembléia Legislativa do Paraná.

Quero falar a verdade, com muito respeito a opiniões de todos, a maneira de pensar, mas o professor Belmiro foi convidado pela Comissão que investigou o preço do pedágio no estado do Paraná. Eu, como Relator, o convidei. E aqui ele esteve, fez a colocação como a pessoa entendida do assunto, economista, advogado, que trouxe as informações que os membros da Comissão queriam saber. Porque lá, vários representantes de entidades estiveram presentes. Mais de 12 pessoas foram convidadas: os representantes de entidades dos caminhoneiros, dos usuários das rodovias, o Secretário dos Transportes do atual Governo lá esteve, o ex-Secretário, o Diretor do DER. Ouvimos todas as correntes e todos os pensamentos com relação ao pedágio no estado do Paraná.

E tudo isso está escrito no relatório que fizemos naquela Comissão e que foi entregue de acordo com o Regimento da Casa, a presidência e naturalmente trazendo e apresentando a exatidão e sugestões que foram dadas para o Poder Executivo, para que possa ele viabilizar a diminuição do preço do pedágio no estado do Paraná.

Então, queria deixar claro exatamente aquilo que aconteceu e não para que fique numa versão do Deputado Romanelli, que aqui coloca que ele veio aqui para defender o pedágio. Não senhor, não veio para defender o pedágio, não. Ele veio trazer informações importantes e que constam do relatório que aquela Comissão aprovou e foi entregue de acordo com o Regimento da Casa à Mesa Executiva.

Outra questão, Sr. Presidente, que me traz a esta tribuna, é uma questão que já foi levantada pelos Deputados de Ponta Grossa nesta Casa: o problema do IML de Ponta Grossa, já bastante discutido e não solucionado ainda. Vou dar um exemplo do que aconteceu no dia de ontem: crianças, pessoas que faleceram na cidade de Ponta Grossa, que foram ao IML e os médicos legistas lá não estavam. Os corpos dessas pessoas tiveram que aguardar por mais de 10 horas para que um médico legista de Curitiba fosse até lá para atender as pessoas que lá faleceram, crianças, pessoas idosas, enfim, o problema é crítico, é uma calamidade o IML de Ponta Grossa!

Espero que o Poder Executivo, o Governador do Estado do Paraná venha resolver este problema. Vejo o empenho de todos os Parlamentares para que uma solução possa acontecer o mais rápido possível! Famílias estão sofrendo no momento que há necessidade do atendimento do IML e a resposta não vem. Cabe ao Poder Executivo Estadual resolver este problema! Eu sempre digo, Srs. Deputados, o problema do IML sempre existiu, é histórico, só que agora está muito mais grave! Já tivemos reunião com a Associação Médica, todos os Deputados preocupados lá estiveram há coisa de um ano atrás, discutiram, foi encaminhado o pedido ao Poder Executivo, enfim, tudo que era possível fazer por parte dos Deputados foi feito, só que uma ação concreta, até o momento. Espero que Poder Executivo possa reagir e amenizar o problema que vive o IML de Ponta Grossa e principalmente as famílias que têm um ente que falece e naturalmente vêm o problema que lá acontece.

Com o aparte Deputado Jocelito.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Deputado Plauto, só para aumentar o seu pronunciamento, a questão do IML é a seguinte: o Paraná vive uma intervenção, o Governador fez uma intervenção no IML agora, está lá o Coronel Porcides, um dos comandantes do IML, que encontra muitas dificuldades para botar em

ordem. O IML tem três médicos legistas, um esteve na UTI no fim de semana, outro está em licença médica e o terceiro não quer trabalhar. São os três médicos que estão lá. Esses casos de Ponta Grossa, esses quatro fatos, sendo que um é de Telêmaco Borba, outro de Arapoti, que aconteceram lá, por volta de 6h da manhã, tão logo começamos o programa de rádio, eles entraram em contato conosco, nós falamos com o comando aqui de Curitiba e eles mandaram um médico daqui para poder liberar os corpos lá em Ponta Grossa. Isso está sendo resolvido, deve assumir o comando, de volta, a Dra. Valéria, que foi lá no passado uma grande chefe do IML, com muito carinho, e esperamos que ela possa assumir esta semana e colocar ordem. O Governo fez um concurso agora, recente, passaram alguns médicos que devem ser encaminhados para Ponta Grossa.

Agora, concordo com V. Exa.: o lugar mais triste de Ponta Grossa não é o cemitério, é o IML. Eu torço para que o Governo coloque para funcionar essa idéia, que o IML passe a ser comandado pelos bombeiros, que são exemplo para este Paraná. Que se possa criar uma forma de os bombeiros comandarem o IML.

Obrigado.

O SR. PLAUTO MIRÓ (DEM)

Obrigado, Deputado Jocelito. Vejo o empenho de V. Exa. com relação aos problemas da cidade de Ponta Grossa, como dos demais Deputados que representam o nosso município, e essa questão do IML, naturalmente como aqui falamos, está vivendo um momento de calamidade e esperamos que as ações concretas possam acontecer para que tenhamos uma ação que amenize o problema daqueles que vivem um problema familiar tendo que ser atendido pelo IML e as dificuldades que acontecem.

Com o aparte o Deputado Marcelo Rangel.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Deputado Plauto, o que aconteceu no IML de Ponta Grossa, que atende 30 municípios dos Campos Gerais, foi um disparate. Sabe quem falou isso? O Governador. O Governador disse que foi um disparate o que aconteceu, ficaram sem médicos e os corpos tiveram que ser transferidos para a capital. Aí o Governador perguntou ao Secretário: “Escuta Secretário, não tinha que mandar os médicos de Curitiba para Ponta Grossa?” “Ah, foi atendido em tempo recorde.” Foi atendido em tempo recorde coisa nenhuma! O que está acontecendo com o IML é uma vergonha, mas não é só Ponta Grossa, é em todo estado do Paraná, aqui em Curitiba é a mesma coisa! O senhor sabe, Deputado Plauto, qual foi o primeiro requerimento da Assembléia Legislativa nessa legislatura? O Requerimento nº 001 da Assembléia foi um pedido de informações à Secretaria de Estado da Segurança Pública a respeito do IML de Ponta Grossa. Se eles ouvissem os Deputados não estaria nessa situação de caos.

O SR. PLAUTO MIRÓ (DEM)

Agradeço. Isso demonstra o pouco caso que existe para com o IML, estamos findando o 2º ano desse processo legislativo, já há bastante tempo é cobrado em legislaturas anteriores, já nessa, como V. Exa. coloca que o primeiro requerimento que partiu desta Casa foi com relação aos problemas existentes em Ponta Grossa, e a solução não aconteceu, agravou-se. E o tempo recorde que o Secretário falou, essas crianças que lá estiveram demorou 12 horas para serem atendidas, 12 horas para que um médico legista de Curitiba chegasse ao município de Ponta Grossa para poder atender. Se isso é tempo recorde, é uma situação complicada!

Muito obrigado.

Liderança da Oposição: Deputado Elio Rusch (DEM)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Horário da Liderança da Oposição, com a palavra o Sr. Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Lógico que não iria fazer uso deste horário, mas diante das colocações do Líder do Governo, me vejo na obrigação de vir a esta tribuna mais uma vez e fazer a defesa de um paranaense.

Srs. Deputados, mais uma vez temos o direito de discordar da opinião de qualquer pessoa. Aliás, isso faz parte do processo democrático. Alguém já disse que a unanimidade é burra. É por essa razão que tem que existir o contraponto. Agora me perdoem os Srs. Parlamentares e os paranaenses, cada cidadão do estado do Paraná, seja ele da iniciativa privada ou seja ele um homem público, quando discorda de alguma ação do Governo, ele é criminalizado, é desqualificado por alguns defensores do Governo do Estado, como aconteceu na manhã de hoje pelo Líder do Governo, Romanelli, que sob todas as formas quer desqualificar um homem que tem um *curriculum* invejável no estado do Paraná. Quando falo homem me refiro ao Belmiro Valverde. Deputado Pugliesi, nunca tive relacionamento com ele, não tenho amizade com ele e por esta razão que me sinto muito à vontade para fazer a defesa desse paranaense.

Por que fazer a defesa desse paranaense? Não só pelo fato de ele ter escrito, no último dia 30, um artigo na Gazeta do Povo quando o seu título leva duas palavras malditas e que ontem foi rejeitado o requerimento que pedíamos que fosse inserido nos Anais da Sessão da Assembléia e que foi rejeitado pela maioria dos Deputados liderados pelo Líder do Governo. E por esta razão fiz questão de, nesta Sessão, ler na íntegra esse artigo e que faz parte dos Anais da Assembléia na Sessão de hoje.

Não posso admitir que o Líder do Governo, com todo respeito que tenho por ele, quando ele diz dessa tribuna: "Olha, respeito o Deputado Elio Rusch, Líder da Oposição, pelo seu conhecimento, pela sua inteligência..." Até agradeço as palavras generosas do Deputado Romanelli, quando ele disse que eu não precisaria recorrer ao artigo publicado pelo eminente Belmiro Valverde. Recorri a ele porque concordo com o que ele diz, porque não entendo como é que o Governo do Estado - e isso deixamos dito em todas as Audiência Públicas e aqui na Assembléia também - que no momento de crise que vive o nosso país e o Mundo inteiro, ontem mesmo assistimos que a Volvo aqui no Paraná vai dispensar mais de 400 funcionários diante da crise, todas as grande indústrias no Brasil estão dando férias coletivas porque a crise existe. A recessão está nas nossas portas. Então não é momento de aumentar os impostos.

Ora, o Belmiro Valverde, que foi Secretário da Educação, vejamos os senhores o currículo que esse homem tem.

(Lê):

Aprovado "With Distinction" nos exames de qualificação para doutorado, USC, fevereiro de 1981.

Outras Distinções

Co-autor (com Nelson Suga) da monografia Planejamento e Ação Planejada: o Difícil Binômio, ganhadora do Prêmio SPE, da Sociedade Brasileira de Planejamento Empresarial, dezembro de 1986;

Co-autor (com Celio Francisco França) da monografia Administração Pública no Brasil: Exaustão e Revigoração do Modelo, ganhadora do 3º Concurso Nacional de Monografias sobre Serviço Público da Fundação Centro de Formação de Servidores Públicos - FUNCEP/Ministério da Administração, 1985;

Co-autor (com Wilson Mugnaini) da monografia Diversificação de Serviços Bancários e Administração Efícaz, vencedora do Prêmio Luiz Antonio Vieira da Associação de Bancos do Estado do Rio de Janeiro 1982.

Atividades Profissionais Mais Relevantes

Membro eleito do Conselho Curador da Universidade Federal do Paraná, 2002 a 2004;

Membro eleito do Conselho Superior da Associação Comercial do Paraná, desde 2004;

Consultor empresarial de diversas empresas privadas e Organizações não Governamentais, desde 1996;

Diretor-Superintendente do Banco BAMERINDUS do Brasil S/A, setembro de 1992 a março de 1996;

Diretor Internacional do Banco BAMERINDUS do Brasil S/A., janeiro de 1989 a setembro de 1992;

Secretário de Estado da Educação do Paraná, março de 1987 a dezembro de 1988;

Diretor da BAMERINDUS Administração e Serviços S.A., 1984 a 1987;

Secretário de Estado do Planejamento do Paraná, março de 1983 a maio de 1984;

Secretário de Estado do Planejamento do Paraná, 1974 a janeiro de 1979.

Magistério e Consultoria

Professor do Mestrado em Organizações da FAE Business School, desde 2005;

Professor Titular da Universidade Federal do Paraná, 1971-2004;

Membro do corpo docente da Brazilian Business School de São Paulo, desde 2000;

Professor Convidado do Centro Universitário Positivo - UNICENP - Pró-Reitoria de Pós-Graduação em Administração.

Artigos e trabalhos acadêmicos mais relevantes

Castor, B.V.J. "Os Contornos do Estado e da Burocracia no Brasil" in *Cadernos Adenauer* ano 2, n.3, 2001 (São Paulo: Fundação Adenauer) agosto de 2001, pp. 9 a 28;

Castor, B.V.J. e José, Herbert A. A. "Reforma e Contra-Reforma: a Perversa Dinâmica da Administração Pública Brasileira", *RAP-Revista de Administração Pública* (Rio de Janeiro: FGV) vol. 32, 6, Nov.-Dez. 1998, pp.97-112;

Castor, B.V.J. e José, Herbert A. A. "Núcleo Estratégico e Reforma do Estado: Lições do Passado", publicado nos *Anais do 210 ENANPAD - Encontro Nacional de Pós Graduação em Administração*, Foz do Iguaçu, 1997;

Castor, B.V.J. e José, H. A. A., "Reforma e Contrarreforma: A Perversa Dinâmica da Administração Pública Brasileira", publicado nos *Anais do 220 ENANPAD* 1998;

Takahashi, Adriana e Castor, B.V.J. "Globalização: produção de conhecimento, tecnologia de informação e competitividade internacional: o caso do Brasil", publicado nos *Anais do 240 ENANPAD* 2000;

Castor, B.V.J. "Custo Brasil: Muito Além dos Suspeitos Habituais" *Revista da FAE (Curitiba: Faculdade Católica de Administração e Economia)* vol.2, n. 2, março 1999, pags. 1-6;

Castor, B.V.J. "Fundamentos para um Novo Modelo do Setor Público no Brasil" *RAP-Revista de Administração Pública* (Rio de Janeiro: FGV) Vol. 28 - nº 3, 1994;

"Questões Relevantes no Processo de Descentralização da Administração Pública Brasileira, Documento de Trabalho 4 da FUNDAP-Fundação de Desenvolvimento Administrativo de São Paulo, Agosto de 1994;

"Tecnologia Apropriada: Uma Proposta de Critério de Avaliação e Sua Aplicação, *Revista de Administração da USP*, Vol.18.2, Abril-Junho de 1983;

Castor, B.V.J. e Suga, Nelson. "Planejamento e Ação Planejada: O Difícil Binômio" *RAP-Revista de Administração Pública* (Rio de Janeiro: FGV) n. 3, 1988.

Atividades comunitárias

Membro da Academia Paranaense de Letras;

Vice-Presidente do Instituto Ciência e Fé de Curitiba;

Membro do Conselho Superior da Associação Comercial do Paraná;

Vice-Presidente da Associação Alirio Pffiffer de Apoio ao Transplante de Medula Óssea do Hospital de Clínicas de Curitiba;

Presidente da Associação dos Amigos do Arquivo Público do Paraná, desde 2004.

Vamos fazer algumas considerações.

Consultor empresarial de diversas empresas privadas, como profissional e não como proprietário. Se ele é eleito, se ele é contratado para fazer a defesa de algumas empresas, é graças ao seu profissionalismo, pela capacidade. Não pela convicção dele, porque ele é proprietário.

Diretor-Superintendente do Banco BAMERINDUS do Brasil - aqui cabe um parêntese: ora, quando o Líder do Governo diz, com todo o respeito que tenho pelo Deputado Romanelli, dizer que o Belmiro quando foi Diretor faliu o Banco BAMERINDUS, quem não se lembra do Banco BAMERINDUS, do seu proprietário José Eduardo Andrade - o Zé do Chapéu - quando era Senador da República, quando ele ocupou o Ministério da Agricultura, o Governador do Paraná saiu aos quatro cantos no nosso estado e colocaram uma raposa para cuidar do galinheiro. Denegriram não do José Eduardo, mas do nosso Banco do Paraná, o BAMERINDUS.

Foi num momento de crise que viveu o Brasil, de crise na agricultura, de crise econômica do Brasil e do mundo que atravessou aquele momento. Todos tinham raiva, ódio de bancos, porque os bancos ganhavam dinheiro. Pela política instalada naquele tempo pelo próprio Governo. O que fizeram? Os clientes do Banco BAMERINDUS começaram a se afastar diante das afirmações do Governador, na época Roberto Requião, ao invés de defender o Paraná, o Banco do Paraná, pelo contrário, se denegriu a imagem do Banco BAMERINDUS e não teve outra saída a não ser vender o Banco BAMERINDUS. Quem foi responsável? Não os seus Diretores, mas os responsáveis foram as pessoas que os denegriram.

Podíamos continuar seguindo com outros exemplos, com outros grandes feitos do Belmiro.

Deputado Romanelli, concordo com V. Exa. que tem que discordar do artigo escrito na Gazeta do Povo, mas não vamos denegrir a imagem desse homem de uma capacidade invejável.

Aliás, eu sou diferente, Deputado Romanelli, vou dizer uma coisa a V. Exa. estivemos juntos na Audiência Pública em Maringá, em todas as Audiências Públicas. O Presidente da Associação Comercial de Maringá, eu respeito como empresário, como é bom quando você tem um paranaense que é um empresário bem sucedido, proprietário de uma grande rede de lojas, que será um grande beneficiário desta reforma tributária e eu respeito este homem. Admiro o Presidente da Associação Comercial e respeito também sua posição. Não é só pelo fato de ele ser a favor da minirreforma tributária que eu vou condenar este empresário! Pelo contrário, estou enaltecendo o empresário de Maringá. O Presidente da Associação Comercial, que fez a defesa da minirreforma tributária, porque suas empresas serão beneficiadas. Mas não é pelo fato de ele defender a minirreforma tributária que eu vou denegrir a imagem desse empresário.

Isto deveria fazer parte de qualquer Parlamentar, discordar das atitudes, discordar de certos programas, mas não querer denegrir a imagem do Belmiro Valverde. Ora! Belmiro Valverde, além de tudo isto, é o Presidente do Movimento Pró-Paraná, que sempre foi presidido pelo Dr. Francisco Cunha Pereira, que atualmente não pôde presidir por questões de saúde, e vem o Belmiro presidir esta entidade que representa o estado do Paraná!

Me desculpem os Srs. Parlamentares, o Movimento Pró-Paraná tem objetivo, sim, Srs. Deputados: defender os nossos interesses, independente de quem seja Governo, independente da ideologia do Governo, da Esquerda, Direta ou Centro. Mas, o Movimento Pró-Paraná defende as grandes causas do nosso estado. E o Belmiro é o seu Presidente. Como é que podemos nós, como Parlamentares, me desculpem, chegar a denegrir a imagem?

Concluo, Sr. Presidente. É por esta razão que respeito a todos os Parlamentares, como respeito a posição de qualquer um, e não é pelo fato de alguém, de repente, discordar das minhas atitudes, ou alguém achar que a Oposição na Assembléia esteja errada, que eu vou denegrir a imagem, manchar o currículo desta pessoa. Nós podemos discordar das idéias, isto sim, mas discordar de um trabalho prestado pelo eminente Belmiro Valverde Jobim Castor, volto a dizer, nunca sentei e nunca conversei com ele, eu o conheço pelas suas atitudes, pelo seu trabalho e pelo serviço prestado em favor do Paraná, em favor de todas as áreas.

Por esta razão é que faço a defesa veemente desse homem do estado do Paraná, que não merece, de forma alguma. Tenho respeito por todos. Quem não quiser concordar com ele, discorde, mas eu não. Paranaense que defende o Paraná, defendo sempre. Seja do PMDB, Democrata, PSB, do PPS, do PT, de qualquer partido. Agora, quem defende o Paraná, quem tem um currículo como o Belmiro, não posso aceitar calado e não posso aceitar que queiram manchar a honra e até o currículo desse homem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No horário da Liderança do Governo, com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Queria, como seguidor do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que disse que seguiria, a partir de ontem, o Regimento Interno, que seria um vigilante do segmento do Regimento Interno desta Casa, gostaria de solicitar a V. Exa. que assim fizesse, no dia de hoje.

Liderança do Governo: Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Exatamente isso, Sr. Presidente. Deputado Jocelito Canto, tenho justamente o horário da Liderança do Governo para fala, neste momento.

Quero dizer o seguinte: não quero aqui ficar alimentando uma polêmica com o Deputado Elio Rusch. Acho que pisei no rabo do gato ontem. Sabemos que o gato mia em lugares. O fato concreto é o seguinte: de fato, o Deputado Elio Rusch quando quis, a pedido de alguém, fazer a inserção nos Anais no malfadado artigo, o fez para prestar uma homenagem a alguém que pediu. Ele tem melhores argumentos.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Deputado Romanelli, ninguém me pediu. Foi por minha iniciativa.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Então, já está constatado que foi por livre iniciativa. De qualquer forma ele colocou o Belmiro numa fria, porque efetivamente o debate político acabou revelando coisas.

E quero dizer mais o seguinte: não tenho medo de ninguém que vá à tribuna. O fato é o seguinte: medo eu não tenho. Podem escrever na coluna contra. Não tem problema nenhum. Tenho a TV SINAL aqui que garante a liberdade de expressão a todos nós nesta Casa.

O fato concreto é que vou aprofundar a discussão sobre o Belmiro, sim. Ele foi Secretário da Educação que promoveu as bombas aqui na frente do Palácio Iguaçu. Envergonho-me daquele episódio. E tem muito mais sobre ele. Que não venham os defensores aqui, que tenho muito mais munição para falar desse Belmiro Valverde e que muita gente não conhece. Mas vai conhecer.

É isso, Sra. Presidente, que retoma os trabalhos desta Casa, que tem sido para nós, Deputada Cida, um grande exemplo na condução dos trabalhos. V. Exa. nos acalma. V. Exa. de fato tem tido uma capacidade de ter paciência, de discutir e de promover o entendimento aqui.

Obrigado, Sra. Presidente, Srs. Deputados.

Ordem do Dia:

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 526/08, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente, reivindicando ao Sr. Governador do Estado que os aprovados em concurso público em todo o estado do Paraná sejam notificados quando do chamamento e dos prazos a serem cumpridos através de envio de correspondência e não apenas por meio eletrônico. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão (Votação em)

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 508/07, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, que dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas potencialmente poluidoras de contratarem responsável técnico em meio ambiente. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CEMA E CICT. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 508/07

P A R E C E R :

O projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas potencialmente poluidoras de contratarem responsável técnico em meio ambiente. Recebeu uma emenda de Plenário, de autoria do próprio autor do projeto, Deputado Luiz Eduardo Cheida e volta a CCJ para apreciação.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável à emenda.

Sala das Comissões, em 18/11/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

Apoiamento:

Duílio Genari, Luiz Claudio Romanelli, Valdir Rossoni, Nereu Moura, Tadeu Veneri, Reni Pereira, Douglas Fabrício e Edson Strapasson.

Aprovado, artigo por artigo. Em votação a subemenda de Plenário ao substitutivo geral da CCJ. **Aprovada.** Ficando, portanto, **prejudicado** o substitutivo geral da CCJ.

Redação Final

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 180/08, de autoria do Deputado Elio Rusch, que dispõe sobre a comunicação de vencimento da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) pelo DETRAN/PR. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 180/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O Departamento Estadual de Trânsito do Estado do Paraná - DETRAN/PR - deverá comunicar a data de vencimento da validade da Carteira Nacional de Habilitação, por este emitida, ao titular do documento.

Parágrafo Único. A comunicação que trata este artigo deverá ser efetuada com 60 (sessenta) dias de antecedência ao vencimento da CNH, via correio ou internet, informando a data limite de renovação.

Art. 2º As despesas resultantes da aplicação desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 27/11/08.

(aa) TERUO KATO - Presidente

PROFESSOR LUIZÃO - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 409/08, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que institui no calendário oficial do estado do Paraná, o dia 15 de novembro como O Dia da Umbanda e do Umbandista. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 409/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído, no calendário oficial do estado do Paraná, o Dia da Umbanda e do Umbandista, a ser comemorado, anualmente, no dia 15 de novembro.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 27/11/08.

(aa) TERUO KATO - Presidente

ANTONIO BELINATI - Relator

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 428/08, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que institui o reconhecimento de utilidade pública estadual a Comunidade Solidária da Amizade - COMSOL, com sede e foro no município de Almirante Tamandaré. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 124/08, de 21/10/08, em Projetos de Lei).

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei Complementar nº 317/08, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que altera os dispositivos que especifica, da Lei Complementar nº 119, de 31/05/07, que institui o Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social - SEHIS, e cria o Fundo Estadual de Habitação e Regularização Fundiária de Interesse Social - FEHIRS. **Aprovado. (Publ. no DA nº 082/08, de 14/07/08, em Projetos de Lei Complementar).**

2ª Discussão**ITEM 06**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 719/07, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que declara de utilidade pública estadual a Fundação Procopense de Cultura, Ensino e Pesquisa - FUNCEP, com sede e foro no município de Cornélio Procopio. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 162/08, de autoria do Deputado Professor Luizão, que institui a obrigatoriedade das auto-escolas, por ocasião do treinamento de direção veicular para obtenção da primeira habilitação, ao ministrarem aulas práticas, reservarem um mínimo de três horas, das 15 horas reservadas a essa finalidade, para as rodovias fora do perímetro urbano. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC.**

Em discussão. Em votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB)

Para discutir, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Para discutir, Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB)

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há poucos instantes eu falei com o Deputado, Professor Luizão, solicitando, inclusive, que fosse retirado da Ordem do Dia esse projeto para se discutir melhor.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, não me parece que seja de competência da Assembleia Legislativa determinar onde, se numa rodovia, se secundária, não é secundária, se pista dupla, não é pista dupla, para que se faça horas de auto-escola.

Em segundo lugar, Sra. Presidente, me parece que é um risco você pegar uma pessoa que está matriculada na auto-escola para tirar uma carteira de motorista e você levar essa pessoa a dirigir numa rodovia com movimento. Ao invés de estarmos protegendo do acidente, estamos podendo criar o acidente, porque depois da carteira tirada, a pessoa, no mínimo, sabe dirigir, sabe soltar a embreagem, sabe frear, sabe ligar o pisca, o mínimo ele

aprende. Agora, se ele for aprender a dirigir numa BR, com trânsito de caminhão, que a pessoa já está preocupada, está totalmente insegura para dirigir, e vê um caminhão se aproximando dela, daqui a pouco essa pessoa pára em cima da pista e provoca um acidente. Eu não vejo motivo nenhum de obrigar essa pessoa a fazer o treinamento numa rodovia.

Ademais, se fosse por isso, Sra. Presidente, Srs. Parlamentares, então teríamos que gastar também algumas horas desse curso para a pessoa treinar dentro de uma capital, dentro de uma cidade grande que tem semáforo, porque a grande maioria do interior não tem semáforo, a pessoa não saberia dirigir dentro da cidade e então teríamos que fazer dentro da cidade também.

Não é assim. No meu ponto de vista esse projeto, além de pecar por inconstitucionalidade, porque as normas de trânsito só exigem que a pessoa faça escola para aprender dirigir e não onde aprender a dirigir. A responsabilidade de quem tira uma carteira é dela, de saber se está apta ou não. Agora, se depois de fazer a escola, depois de fazer o exame, depois de receber a carteira nós acharmos que ela poderá criar risco numa rodovia, imagina antes de aprender a dirigir a pessoa estar numa rodovia com movimento! Seguramente vai causar mais acidente!

Eu respeito a posição do Deputado Luizão. Acho que tem um interesse, mas muitas vezes olhamos por um ângulo somente a questão. E esta questão, olhada pelo ângulo de que a pessoa deva saber dirigir em rodovias, isso é outra coisa.

Vamos provocar acidentes se nós fizermos esta obrigatoriedade. Seria como nós quisermos que um motorista de caminhão que não sabe dirigir e vai fazer a carteira de habilitação, que ele vá treinar numa rodovia com uma jamanta. É evidente que vai fazer acontecer um acidente.

Então, volto a insistir publicamente - Deputado Luizão, V. Exa. que é o autor do projeto - retire esse projeto para conversarmos melhor a respeito disso, com autoridades de trânsito, para sabermos até onde vai nossa competência de determinar modificações do local onde vão se proceder as aulas e até onde isso possa prevenir ou ocasionar acidentes e mortes.

Era isso.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Sou contra. Presidente Cida Borghetti, reafirmo o respeito, admiração à figura extraordinária do Professor Luizão, que, não tenho dúvida, teve a melhor intenção. Uma idéia fantástica. Mas é evidente que muitas vezes, no entusiasmo, tomamos uma iniciativa, e com calma, com ponderação, vamos vendo os prós e os contras.

O Deputado Caíto Quintana colocou bem aqui, o projeto do Professor Luizão se aprovado, sancionado, transformado em lei, vai permitir que a auto-escola pegue um "goiaba" e coloque para aprender a dirigir numa rodovia. Imaginem aqueles caminhões feito um foguete

passando e o cidadão ali, que às vezes nem enxerga direto, tem todo tipo, andar com a carteira de habilitação, tem cara que treme nas calças, tem até disenteria antes de prestar o exame, fica nervoso, acaba sendo reprovado pelo nervosismo, e de repente vamos entregar um carro para esse candidato à carteira de motorista ou para essa candidata para ir aprender a dirigir numa BR-116, daqui para Ponta Grossa, para Londrina, para todo lado do Paraná, passando carro em toda velocidade, caminhão. Nós, tomando cuidado, acabamos também fazendo as barbeiragens, não vamos falar que é só o vizinho, que é o outro que comente as suas barbeiragens, todos nós estamos sujeitos.

Agora, indago a V. Exas.: vamos colocar o cidadão para ir aprender a dirigir o carro numa rodovia de alto perigo, lá na frente este mesmo cidadão presta exame e é reprovado, não vai ter carteira, mas já teve autorização legal porque é de lei que ele pegasse um carro da auto-escola e fosse aprender a dirigir numa rodovia. Meu Deus do céu, do jeito que as estradas andam perigosas, morrendo gente, gente que está aí inválida, gente que perdeu perna, braço, perdeu a memória, ficou com seqüela vítima de acidente, fico imaginando o cara ali tremendo, o carro fazendo zig-zag na rodovia, ônibus e caminhão passando e o cidadão na hora do apuro, na hora dos nervos, quanta besteira pode fazer ao volante desse carro, porque ele ainda não tem carteira de habilitação. Mesmo tendo ele pode fazer as suas “nhacas”, acabam cometendo as “nhacas” não permitidas por lei.

Então, louvando a iniciativa do Deputado Professor Luizão, nossa ponderação é que V. Exa. retire esse projeto em respeito ao direito à vida do instrutor da auto-escola. Não importa se o instrutor está junto, na hora do perigo o instrutor quase nada vai poder fazer para evitar uma tragédia, até com vítima fatal.

Então Sr. Presidente, nossa ponderação é que este projeto seja retirado, em nome da vida de quem está atrás da carteira de habilitação, em respeito à vida do instrutor da auto-escola e em respeito até àqueles que estão viajando pelas nossas estradas, pelas nossas rodovias, porque no nosso entendimento rodovia não é lugar de se colocar alguém para aprender a dirigir. Somos contra esse projeto, visando preservar um pouco mais a segurança de todos aqueles que utilizam nossas estradas.

Obrigado.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (Para Encaminhar)

Encaminho contrariamente, Sra. Presidente, Srs. Deputados, pedindo inclusive para o autor retirar o projeto da pauta por um simples motivo: sabem quantas auto-escolas existem no estado do Paraná? Oitocentas e três auto-escolas. Sabem quantas carteiras são expedidas, por mês, no estado do Paraná? Quase 60 mil. Eu fiz um cálculo, daria 2 mil e 700 aprendizes, por dia, nas estradas do Paraná! Na BR-116, na Régis Bittencourt, na 376, na PR-092, lá de Jaguariaíva - Arapoti, imaginem esses aprendizes conduzindo carros de auto-escolas

nas rodovias mais perigosas, nas rodovias sinuosas do nosso estado! Eu falei quase 3 mil aprendizes! Então vocês, em qualquer estrada do Paraná, encontrariam carros de auto-escolas. Portanto é um dado técnico.

Conversei com alguns policiais rodoviários, eles alegaram que o certo seria ter uma legislação federal. E aí sim seria interessante essa lei, que a carteira provisória que fosse expedida através de uma legislação feita pela Câmara Federal, que determinasse que por um período de pelo menos um ou seis meses aqueles que tiraram as suas carteiras não pudessem trafegar em rodovias. Isso seria uma legislação federal e não caberia à Assembléia Legislativa.

É importante salientar mais uma vez que, se aprovarmos um projeto como esse, em todas as estradas todos os dias iremos encontrar carros de auto-escola, 3 mil aprendizes por dia estariam aprendendo nas estradas. E também não podemos esquecer das motos. E aí as motocicletas também teriam esse direito? Os caminhoneiros também?

Encaminho contrariamente por esses motivos.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Próximo, por ordem de inscrição, Deputado Douglas Fabrício, que vai encaminhar a favor.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Realmente o projeto chama a atenção pelo seu tema e naturalmente os Deputados que são a favor ou contra vão encaminhar. Mas participo da CCJ, que passou esse projeto e lá foi aprovado pela sua constitucionalidade. O Deputado pode apresentar esse projeto naturalmente. Hoje estamos discutindo o mérito. Imagino o seguinte: o Deputado Luizão quer que:

(Lê projeto)

Falamos aqui que pode ocasionar acidentes lá na rodovia, etc. E dentro da cidade, não ocasiona também acidentes? Hoje acontecem mais acidentes dentro das cidades do que nas rodovias. E mais, a pessoa aprende dentro da cidade, está apta a dirigir, passa pelo processo seletivo, recebe a carteira e nunca foi para uma rodovia. Mas aí ela já é habilitada, já pode ir para a rodovia, o que é pior, sem ter alguém do lado para dar uma assistência. Porque estamos falando de fazer uma aula na rodovia junto com um instrutor que vai estar orientando, que vai estar atendendo. Eu me posiciono a favor do projeto, acho que é meritório, quero parabenizar o Deputado Luizão pela atitude. Temos que passar essa barreira, temos que exigir dos motoristas cada vez mais profissionalismo. E por que não aprovar? Pode ser que esse projeto seja aprovado pelos Deputados, chegue lá no Governador e o Governador vete esse projeto. Só que tenho uma preocupação se acontecer isso, Deputado Luizão: V. Exa. não estará aqui para defender o seu projeto, daí quero que V. Exa. já converse com os seus aliados do PT, porque se ele for votado aqui - estou

imaginando que o Governador vete o projeto - se o Governador vetar aí quero saber como é que vai votar o PT aqui, se vai votar a favor do veto do Governo ou vai votar contra. Porque tenho acompanhado projetos que passam aqui e depois voltam de lá para cá vetado, o mesmo autor do projeto vota a favor do veto aqui.

Então, Deputado Luizão, esse projeto eu entendo que é um projeto que estamos avançando e que estamos colocando para qualificar melhor aqueles que serão futuros motoristas. Se não deixarmos de treinar agora, junto com o instrutor na rodovia, deixamos depois irem sozinhos para a rodovia, sem instrutor, já com a Carteira Nacional de Habilitação na mão, já comprovado que é um motorista. Na verdade ele nunca foi numa rodovia, ou foi de forma ilegal, porque para ele ter experiência numa rodovia ele teve que dirigir numa rodovia, teve que dirigir sem ter ainda uma Carteira de Habilitação.

Então o projeto, no meu entender, é meritório, merece realmente uma boa discussão. Mas na minha opinião merece ser aprovado. Se for vetado, merece ser derubado o veto.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Queria, na verdade, em função dos compromissos, temos compromissos oficiais hoje, queria que pedíssemos verificação de quórum. Não há quórum para deliberar sobre esse tema. Sugiro que essa pauta seja transferida para a próxima segunda-feira.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

No momento da votação será feita através do painel eletrônico.

Próximo orador inscrito, o Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Para Encaminhar)

Queria pedir ao Professor Luizão que retirasse o projeto para que ele fosse discutido numa Audiência Pública. V. Exa. quando botou para tramitar esse projeto aqui, veio com boa intenção. Todo Parlamentar quando coloca aqui o projeto para discutir, ele necessariamente passa pela visão dos demais Deputados. A importância de todos darem a sua opinião, a Audiência Pública pode, em algum momento, contribuir.

Vi o Deputado Marcelo Rangel dar dados ali da questão de números de auto-escolas. Quantos acidentes ocorreram com auto-escolas? Quantos acidentes ocorreram envolvendo as pessoas que estão tendo a instrução? Eu não tenho esses dados. Esse é um dado que gostaria de saber. Eu pelo menos, no rádio - todos os dias falamos dos acidentes - dificilmente falo que houve um acidente envolvendo uma auto-escola. Sinal que o instrutor está sempre bem colocado. O instrutor hoje, não sei se algumas pessoas sabem, esses carros mais modernos, hoje o instrutor tem toda a capacidade e domínio do carro, inclusive com equipamento semelhante ao de quem está aprendendo.

A questão de andar na rodovia, se o cara não for na rodovia realmente não vai aprender. Agora, onde é mais perigoso aprender: na cidade ou na rodovia?

Acho que esse debate deve ser jogado para frente: O projeto para mim é muito bom, mas deve ser mais debatido, discutido e sugiro ao Deputado Luizão a Audiência Pública. Chama as auto-escolas, chama todo mundo. É este o encaminhamento que dou, para colaborar, e encerrarmos a Sessão.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Solicito aos próximos oradores inscritos, Deputados Luiz Claudio Romanelli, Pastor Edson Praczyk, Waldyr Pugliesi, se continuam com a ordem de inscrição para encaminhamento, ou se devo chamar neste momento, a votação.

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT) (Pela Ordem)

Como tenho um compromisso, a maioria dos Deputados vai viajar, em função do evento em Foz do Iguaçu, que nós transferíssemos esta pauta para segunda-feira, para fazermos uma discussão melhor do projeto, e também dos outros projetos que estão em pauta, para que não seja prejudicado.

Em relação ao que o Deputado Jocelito Canto falou, o problema é que estamos no final do ano e eu só tenho este período para discutir este projeto. No ano que vem, V. Exas. sabem, não estarei mais aqui. Gostaria que segunda-feira nós retomássemos esta discussão e aprofundássemos o tema. Já discutimos, como disse o Deputado Douglas Fabrício, na CCJ, para que pudéssemos deliberar, a favor ou contra, na segunda-feira. Por isso, acho importante o pedido do Deputado Luiz Claudio Romanelli, de verificação de quórum para constatarmos que não temos número suficiente para deliberar.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Solicito aos Srs. Deputados que tomem assento para votação. Os Deputados que forem favoráveis, que votem com a expressão SIM e os contrário com a expressão NÃO. Vamos verificar o quórum. Estamos em processo de votação.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB)

Então, quero encaminhar, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Consultei se V. Exa. gostaria de encaminhar.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB)

O Professor Luizão pediu para retirar.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Ele perguntou se dava para retirar toda a pauta. E não podemos retirar toda a pauta, informo a V. Exa., a não ser que não tenha quórum para deliberação da Sessão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sra. Presidente, quero requerer verificação de quórum. Já requeri há algum tempo atrás, mas infelizmente a assessoria da Mesa lhe orienta de forma equivocada. É visível que não há quórum para deliberar na Casa.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Para isto, Deputado, lhe informo que estamos pedindo aos Srs. Deputados para que tomem assento, que votem no painel. Só assim poderemos verificar se há quórum para deliberação da Sessão.

Em votação, em 2ª discussão, o Projeto de Lei nº 162/08, de autoria do Professor Luizão. Os Deputados favoráveis votam com a expressão SIM e os contrários com a expressão NÃO.

Dezesseis Srs. Deputados votaram. **Não há quórum para prosseguimento da Sessão.**

Requerimentos

Sobre a mesa, Requerimento nº 3681, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 3692, de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 08, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 162/08.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Leis nºs 126 e 461/08.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 508/07.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 226 e 492/08.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 789/07, 447/08; e do Projeto de Resolução nº 022/08.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Atas de Comissões

Ecologia e Meio Ambiente

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e oito, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, sob a presidência do Sr. Deputado Cleiton Kielese. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou aberta a presente reunião, apresentando a pauta na seguinte ordem: 1º) Votação da ata da reunião anterior - APROVADA; 2º) Projeto de Lei nº 201/08, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Elton Welter - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a presente reunião, e para constar eu, Luciane Andretta, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim para que produza os efeitos legais.

(aa) CLEITON KIELSE - Presidente
Luciane Andretta - Secretária

Obras Públicas, Transportes e Comunicação

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Ao primeiro dia do mês de dezembro do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, sob a presidência do Sr. Deputado Marcelo Rangel. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando à Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 447/08, de autoria do Deputado Nelson Justus. Relator Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(a) MARCELO RANGEL - Presidente

Segurança Pública

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Ao primeiro dia do mês de dezembro do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Segurança Pública, sob a presidência do Sr. Deputado Mauro Moraes. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida à Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 162/08, de autoria do Deputado Professor Luizão. Relator Deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(a) MAURO MORAES - Presidente

Tomada de Contas

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dois dias do mês de dezembro de dois mil e oito, às onze horas, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, para sua décima primeira reunião ordinária, com presença dos Srs. Deputados membros da Comissão, abaixo assinados, para deliberar sobre a seguinte pauta: Proposição nº 078/08. Havendo número legal e, de acordo com o Regimento Interno, o Sr. Presidente da Comissão, Deputado Duílio Genari, abriu os trabalhos passando a palavra ao Sr. Deputado Dobrandino da Silva, Relator da Proposição nº 078/08, que encaminha a prestação de contas do movimento relativo aos créditos para atender ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, referente ao mês de novembro de 2008, conforme Resolução nº 003/04, de 15/03/04. Após análise dos documentos anexados à proposição, o Sr. Relator constatou que o todo se encontra de acordo com a legislação em vigor, dando Parecer FAVORÁVEL - APROVADO, no que foi acompanhado por todos os presentes, uma vez que as contas estão dentro das normas, e atender a regulamentação vigente. O Sr. Presidente encerrou os trabalhos, e, para constar e exercer os efeitos legais, eu, Maria Regina Subtil,

secretariei a reunião e lavrei a presente ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Sr. Presidente da Comissão, Srs. Deputados presentes, e por mim, secretária da Comissão de Tomada de Contas.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente
Maria Regina Subtil - Secretária

Publicações Administrativas:

Minuta de Contrato

MINUTA DE CONTRATO

Protocolo nº: 12860/07.

Modalidade: Tomada de Preços 001/08.

Objeto: Aquisição de um sistema para gestão automatizada/painel eletrônico.

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Contratada: Visual Sistemas Eletrônicos Ltda.

Valor: R\$ 231.300,00.

Dotação: 4490.52.00.

(a) COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

Aditivo de Contrato

5º ADITIVO CONTRATUAL

Protocolo nº: 9159/08.

Objeto: Manutenção de elevadores.

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Contratada: Elevadores Atlas Schindler S/A.

Valor: R\$ 7.488,26 mensal.

Vigência: 01/01/09 a 31/12/09.

Dotação: 3390.3913.

(a) DIRETORIA DE APOIO TÉCNICO

Pregão Eletrônico

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO 014/08

Protocolo nº: 9339/08.

Modalidade: Pregão Eletrônico 014/08.

Objeto: Aquisição de materiais diversos, conforme abaixo.

LOTE	EMPRESA VENCEDORA	ESPECIFICAÇÕES	VALOR
1	Comercial Rotciv Ltda.	10.000 canetas esferográficas, sendo 5.000 de tinta azul e 5.000 de tinta preta.	R\$ 1.800,00
2	P.A.S. Programa de Alimentação Social Ind. e Com. Ltda.	1.000 capas de PVC ofício transparente.	R\$ 180,00
3	K&K Papelaria e Informática Ltda.	20 rolos de arame nº 20 para grampeadeira Miruna.	R\$ 600,00
4	Luiz Fernando Neris	100 quilos de malha costurada para limpeza de máquinas.	R\$ 293,00
5	Curiform Gráfica Ltda.	400 pacotes de papel couchê, 170 gramas, L/2 brilho, 66x96, com 125 folhas cada pacote.	R\$ 21.796,00

Balancete Financeiro**Outubro/08**

OFÍCIO Nº 013/08

Curitiba, 01/12/08.

Senhor Diretor:

Pelo presente venho respeitosamente à presença de V. Sa. apresentar o Balancete Financeiro deste Poder referente ao mês de OUTUBRO/08, conforme relatório anexo, pedindo para que seja feita a publicação do mesmo no Diário desta Casa.

Certo de sua atenção reitero a V. Sa. protestos de estima e consideração.

(a) JEMIMA DE OLIVEIRA E SILVA
Coordenadoria de Contabilidade

Ilmo. Sr.

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI

M.D. Diretor da DAT

Nesta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

NESTE EDIFÍCIO

BALANCETE FINANCEIRO	MÊS: Outubro	REF: GAR260A
ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		PAG.: 01
UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		Data:31/10/2008
MÊS: Outubro	Exercício: 2008	

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
RECEITAS CORRENTES	21.200.000,00	225.000.000,00
Receita Tributária	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Transferência Correntes	21.200.000,00	225.000.000,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	300.000,00
Operações de Créditos	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	300.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DA RECEITA	21.200.000,00	225.300.000,00
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
Realizável	0,00	0,00
Pendente	0,00	0,00
Interligação de Sistemas	0,00	0,00

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
PASSIVO FINANCEIRO	198.961,97	1.883.529,02
Débitos de Tesouraria	0,00	0,00
Depósitos de Diversas Origens	198.961,97	1.883.529,02
Cancelamento de Dívidas Passivas	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	198.961,97	1.883.529,02
SALDO DO MÊS ANTERIOR		
Caixa	0,00	0,00
Bancos	15.566.945,53	9.355.128,98
Vinculado	0,00	0,00
TOTAL DE SALDOS DO MÊS ANTERIOR	15.566.945,53	9.355.128,98
TOTAL	36.965.907,50	236.538.658,00

BALANCETE FINANCEIRO	MÊS: Outubro	REF: GAR260A
ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		PAG.: 02
UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		Data: 31/10/2008
MÊS:Outubro	Exercício: 2008	

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
DESPESAS CORRENTES	21.269.485,78	218.942.978,96
Pessoal e Encargos Sociais	18.208.431,22	189.417.525,47
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	3.061.054,56	29.525.453,49
DESPESAS DE CAPITAL	16.275,90	275.049,01
Investimentos	16.275,90	275.049,01
Inversões Financeiras	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DE DESPESAS	21.285.761,68	219.218.027,97
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
RESTOS A PAGAR	0,00	657.285,32
Pagamentos	0,00	657.285,32
Cancelamentos	0,00	0,00
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
Realizável	0,00	0,00
Pendente	0,00	0,00

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI - Diretor da Diretoria de Apoio Técnico
JEMIMA DE OLIVEIRA E SILVA - Coordenadora de Contabilidade

